

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

Título: Ampliação do mercado livre pode ser antecipada	13
Título: Pacote de mineração ganha nova cara e desagrada empresas.....	15

Sumário

VEÍCULO: O Globo	3
Título: O trampolim	3
Título: Senado veta fixar ICMS em querosene de aviação	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Corte no orçamento põe em risco usinas de Angra.....	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Texto-base da MP do Repetro é aprovado	6
Título: Gargalos fazem etanol perder espaço	7
Título: Gasolina: excesso de tributos	9
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Negócios verdes movimentam trilhões e atraem estrangeiros.....	10
Título: Potencial brasileiro está no agronegócio.....	12
VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Ampliação do mercado livre pode ser antecipada	13

Título: MG planeja vender parte da estatal de planejamento.....	14
Título: Pacote de mineração ganha nova cara e desagrada empresas.....	15
Título: Destaques	17
Título: Braskem traz novo alívio a controladores.....	17
Título: CVM abre processo contra KPMG por atuação na Petrobras.....	19
Título: Queiroz Galvão pode investir em poço no campo de Atlanta	20
Título: Samarco testa novo método para depósito de rejeito	22
Título: Após vários anos, demanda por aço longo volta a subir	23
Título: BP e Copersucar formam joint venture em Paulínia.....	25
Título: Investidor deixa CPFL antes de oferta e ação recua 6,9%	27
Título: Eletropaulo estuda fazer oferta de ações para pagar dívida com a Eletrobras, dizem fontes	28
Título: STJ vai julgar repetitivo sobre tributação de tarifas de energia	29
Título: Empreendimentos sustentáveis têm incentivo estadual.....	30
Título: Plano para instalar siderúrgica em Marabá ganha peso com a Vale	32
Título: Carajás colocará Estado no topo da produção de minério de ferro	33
Título: Investimento para extração de níquel pode ultrapassar R\$ 500 milhões	35
Título: Alubar expande com foco em transmissão.....	36
Título: Ferrovia de R\$ 14 bi ainda traz incertezas	37
Título: Alumínio alimenta geração de empregos	39
Título: Celpa sai do último lugar do ranking e vira o jogo.....	40
Título: Questão indígena torna empreendimento mais complexo	42
Título: Financiamentos do BNDES somam R\$ 28,6 bilhões	43
Título: Crédito favorece obras de logística	45
Título: Novas usinas no Tapajós ainda têm obstáculos.....	47

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: O trampolim**

COM MARCELO LOUREIRO

O governo Temer está desfazendo o que ele mesmo havia feito no BNDES. Avanços, como os que aconteceram na área ambiental, estão sendo revogados. O presidente do banco, Paulo Rabello de Castro, é pré-candidato à presidência, lançado pelo Partido Social Cristão, e está se utilizando da estrutura para viagens em que exhibe um tom político. Este tipo de uso do banco é inédito

Na semana passada, Paulo Rabello pediu para ser gravado em comunicado “aos benedenses”, diretamente do Amapá, reabrindo superintendências regionais que haviam sido fechadas pelo próprio governo Temer. Estava abraçado a um senador. As críticas ao BNDES sempre foram sobre a dimensão dos subsídios, os critérios de escolha dos beneficiários, a transparência dos empréstimos. Ser usado como trampolim por um declarado candidato é uma novidade. Neste ponto pode-se dizer que o governo Temer conseguiu mesmo inovar.

O BNDES, por ser um banco de desenvolvimento e gestor do Fundo Amazônia, sempre foi criticado por não ter políticas mais claras de preferência por atividades de menor emissão de gases de efeito estufa. Isso começou a ser corrigido na época da então presidente Maria Silva, mas acerto no Brasil dura pouco. O banco havia decidido que as atividades mais sustentáveis teriam um percentual maior de financiamento. Na área de energia, a preferência seria pelas novas renováveis. Assim, decidiu que nas hidrelétricas e térmicas só financiaria a metade do valor do investimento; em eólicas, 70%; e as usinas solares teriam 80%.

Essa semana o BNDES anunciou que revogou essa regra de financiamento e agora todas as fontes passam a ter 80%. Isso iguala a térmica à solar. O papel de um banco de desenvolvimento é favorecer o novo e induzir políticas mais atualizadas. Uma fonte de alta emissão de gases de efeito estufa não pode ter o mesmo benefício daquela com baixa emissão. Para mostrar que o governo deixou de ter qualquer interesse em combate às emissões de gases de efeito estufa, será feito um leilão de térmica a carvão e o BNDES vai financiar em igualdade de condições com as demais fontes.

No começo do ano, o banco havia mudado a forma de atuar nos leilões de transmissão de energia. Fez uma oferta de financiamento a preços de mercado. O leilão foi um sucesso. Agora voltou atrás, e vai oferecer, de novo, os juros subsidiados. Logo que assumiu, o governo Temer adotou algumas decisões certas na área econômica. Era um governo de duas caras. Escolheu uma boa equipe para o Ministério da Fazenda e Banco Central. Nomeou pessoas com reconhecida qualificação técnica para a Petrobras, Eletrobras e BNDES e deu aos gestores o direito de montar as diretorias sem indicações dos partidos da base. No Banco do Brasil nomeou um ex-funcionário, já testado também no setor privado. Na Caixa, fez uma escolha política.

No núcleo político, o governo se cercou de pessoas que estavam envolvidas em suspeitas de corrupção. O resultado foi que a economia começou a melhorar. Petrobras e Eletrobras tiveram valorização de mercado e melhora dos seus indicadores de desempenho. O BNDES iniciou mudanças de organização interna e inovações nos critérios de atuação. Na área política, o governo passou a ser atingido por denúncias, como as que recaíram sobre Geddel Vieira Lima, Romero Jucá, entre outros. Até que houve o estouro da crise do próprio Temer. Com a saída da então presidente Maria Silva, o novo presidente começou a desfazer as decisões tomadas. Ela havia fechado superintendências regionais, deixando só a de Brasília, porque eram foco de indicações políticas.

O presidente-candidato criou sete superintendências regionais e disse que são “as primeiras”. Na semana passada, ele gravou um vídeo em que aparece abraçado com um senador do Amapá. — Levanta ela um pouquinho assim — diz Paulo Rabello, dirigindo quem estava gravando. — Para pegar Fortaleza e a gente — explicou o senador Davi Alcolumbre, com quem estava abraçado e que o chama de “presidente Paulo”. — Senador Davi manda um recado para os nossos benedenses. O tom político do vídeo é inequívoco. Se o governo Temer não se importa que o banco seja um trampolim, a Justiça Eleitoral deveria prestar atenção, a menos que queira que a eleição seja mesmo um vale-tudo.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: TATYANE MENDES* E PATRÍCIA CAGNI

Título: Senado veta fixar ICMS em querosene de aviação

Para senadores contra o projeto, medida reduziria a arrecadação fiscal

BRASÍLIA - O plenário do Senado rejeitou o projeto que fixava em 12% a alíquota máxima de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre o querosene utilizado na aviação. Dos 61 senadores presentes na Casa, 43 votaram pela aprovação do projeto e 17 de forma

contrária. Apesar de a maioria ser a favor, o projeto precisava de 54 votos favoráveis para passar na Casa. Os parlamentares haviam debatido o projeto na semana passada, se dividindo entre senadores que acreditam que a medida causará um problema fiscal, por conta da redução na arrecadação, e senadores que defendem que o projeto irá diminuir o preço das passagens aéreas, o que tende a beneficiar os consumidores.

O senador José Reguffe (PDT-DF) afirmou que a prioridade deve ser o consumidor e, se o projeto diminuir o preço das passagens, terá um impacto positivo. Já Paulo Bauer (PSDB-SC) afirmou que a aprovação acarretaria em queda brutal da arrecadação. Jorge Viana (PT-AC), relator da matéria, disse que o governo não perderá “um único real”. — Precisamos abrir o mercado, aumentar a concorrência e facilitar a vida dos estados mais pobres. Não aprovar o projeto é tirar o direito do brasileiro de ir e vir. (*Estagiária, sob supervisão de Eliane Oliveira)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Corte no orçamento põe em risco usinas de Angra

Mercado Aberto

Por causa de um gargalo orçamentário, pode faltar elemento combustível de urânio para as usinas nucleares de Angra a partir de 2019, segundo a diretoria da Eletronuclear e técnicos do Ministério da Ciência e Tecnologia. Quem fornece o urânio usado nos reatores é a estatal INB (Indústrias Nucleares do Brasil). Parte da receita dela vem da venda desse material, e o resto da União. Para atingir a meta fiscal, o governo cortou o orçamento da INB, e o limite de dispêndio caiu —por isso, mesmo com dinheiro da venda de urânio em caixa, ela fica impedida de gastar. A situação é semelhante à que forçou a Polícia Federal a parar de emitir passaportes, em junho deste ano. O fornecimento do elemento combustível às usinas está garantido para o ano que vem, mas a produção para 2019 está em risco, segundo Leonam Guimarães, presidente da Eletronuclear. “A saída seria que, à medida que a INB recebesse [pela venda de urânio], o governo suplementasse o orçamento.

Isso precisaria ser feito com a anuência do Congresso, porque aumentar o orçamento por decreto equivale a dar uma pedalada fiscal. Importar é inconstitucional e, ainda que fosse permitido, não dá mais tempo. A coluna apurou que o Ministério de Ciência e Tecnologia também tem receio de passar o limite do dispêndio que a INB é autorizada a ter. “O governo tem sinalizado

com complementação e temos trabalhado para minimizar a dependência dele”, afirma Reinaldo Gonzaga, presidente da INB, a estatal que fornece urânio às usinas. O Operador Nacional do Sistema estima que, se as usinas ficarem paradas em 2019, haverá custo de R\$ 1,4 bilhão.

Construção quer multas maiores para caminhões com peso a mais

Representantes do setor de construção pleiteiam aumento de valor e aplicação de multas para veículos que carregam excesso de peso nas rodovias públicas e concessionadas do país. Um dos pedidos é o fim de uma tolerância de até 5% além do peso máximo permitido por rodovia, diz o diretor da Fiesp Newton Cavalieri.

“Acima desse percentual, o valor da multa aumenta a cada 200 quilos de excesso; um peso de 1,5 tonelada além do tolerado paga R\$ 324, o que é desprezível.” As construtoras são responsabilizadas por danos ao pavimento, mas não deveriam, porque as rodovias são usadas de maneira inadequada, afirma Cavalieri. “Isso acontece muito onde há concessão. A aplicação de multas também é falha, e isso causa atritos também com a ANTT (agência do setor), diz José Martins, presidente da Cbic (câmara da construção).

Essa é a principal proposta de um documento que a Fiesp torna público nesta quinta-feira (30). A ideia não é arrecadar com as multas, mas coibir veículos com muito peso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Texto-base da MP do Repetro é aprovado

Em uma sessão tensa, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem o texto-base da Medida Provisória 795, que trata da extensão do regime fiscal aduaneiro Repetro para o período de 2020 a 2040. A MP foi aprovada por 208 votos – 184 parlamentares votaram contra. O texto permite a importação de equipamentos, principalmente plataformas, com isenção fiscal.

Os destaques serão apreciados na próxima semana. A oposição fez obstrução por mais de quatro horas, sob o argumento de que a renúncia fiscal proporcionada pelo regime aduaneiro especial de exportação e importação de equipamentos para o setor é “nefasta” para o País, beneficia as gigantes do petróleo e acaba com a indústria naval brasileira.

“Estarão entregando R\$ 1 trilhão para indústria petroleira internacional. Não temos o direito de fazer isso”, discursou a deputada Maria do Rosário (PT-RS), citando um valor estimado sobre a redução da receita tributária com o IRPJ e a CSLL. Mais tarde, o valor citado pela petista foi contestado pela Consultoria Legislativa da Câmara. A MP, publicada em agosto, altera regras de taxaço do setor, inclusive as que desoneram investimentos.

Segundo as empresas, o Repetro torna a produção de petróleo viável no Brasil, dado o alto nível de tributação no País. Aprovada em comissão especial em outubro, a MP precisa ser aprovada no Congresso até 15 de dezembro, prazo em que a medida caduca.

DAIENE CARDOSO, ANNE WARTH E ADRIANA FERNANDES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Especial

Autor: Gustavo Porto

Título: Gargalos fazem etanol perder espaço

Biocombustível não alcança o valor ideal para ser competitivo ante a gasolina em vários Estados, que desistem da comercialização

A cana-de-açúcar sempre é citada como exemplo de matéria-prima para a produção de energia limpa, renovável e competitiva. É no etanol, produzido no Brasil a partir dessa cultura, que o setor deposita esperanças para cumprir as metas de redução de emissões de gases do efeito estufa. Mas a cadeia do biocombustível enfrenta gargalos para a efetiva distribuição no território nacional. Postos de regiões brasileiras onde o etanol hidratado não tem competitividade econômica com a gasolina simplesmente abandonaram a venda do biocombustível.

O motivo é básico: falta de demanda. O hidratado só tem se mostrado viável em veículos flex quando seu preço representa no máximo 70% do litro da gasolina. Entre os fatores que levam o etanol a ficar acima dessa porcentagem estão a produção pequena ou inexistente do biocombustível, a logística complexa para o transporte e a alíquota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. A situação se agravou este ano. Usinas deram prioridade, na maior parte da safra, à produção do açúcar em detrimento do etanol, porque os preços do alimento estavam mais remuneradores do que os do álcool.

Só mais para o fim da colheita a situação se inverteu. Este fato poderia ter barateado o biocombustível, mas coincidiu com seguidas altas da gasolina em razão da nova política de preços da Petrobrás, de promover reajustes diários no

combustível fóssil. Como o derivado de petróleo apresentou mais aumentos do que recuos, repassados aos postos, o hidratado se valorizou. Levantamento da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostra que, no começo de novembro, de 42.171 postos em operação no País, 8.249 não possuíam bombas de etanol hidratado, ou 19,56% do total. Para a agência, "a própria dinâmica do mercado é quem dita o ritmo das vendas do etanol hidratado, de forma que não cabe à ANP interferir na situação".

Os dados da ANP, divulgados semanalmente, mostram que somente em Mato Grosso e em São Paulo, Estados com produção bem acima do consumo e com alíquotas diferenciadas de ICMS, o hidratado é competitivo com a gasolina. Em Goiás e Minas Gerais essa situação é comum, mas a competitividade nem sempre ocorre. Em outros 23 Estados, quase sempre o preço médio do etanol supera o percentual de 70% e não é possível competir com a gasolina, que, por ter maior poder calorífico, rende mais por quilômetro rodado. Nas regiões onde não há a paridade, estabelecimentos que possuem o etanol estão localizados em capitais e grandes cidades.

O consumidor de etanol ou tem o viés ambiental ou é de órgão público cuja norma é usar o biocombustível. Com 2.850 postos, o Rio Grande do Sul é um dos exemplos da falta de competitividade do etanol. Distribuidoras trazem o pouco álcool consumido ali do Paraná e São Paulo. Além do preço e do frete, o combustível é tributado em 30% nos postos só de ICMS. "No interior do Estado não se encontra etanol. Alguns postos na capital e grandes cidades ainda têm para o uso de locadoras, mas boa parte está deixando de vender", disse o presidente do Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do RS, Adão Oliveira.

Sem hábito. O Distrito Federal é outro exemplo onde o álcool foi ignorado. O próprio presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicombustíveis-DF), Daniel Costa, admite ter desistido de vender etanol hidratado. "O DF não tem usina, nunca teve cultura e como os preços da gasolina e do etanol se igualaram, os postos pararam de vender por falta de consumo", explicou Costa. Além desses motivos há um fator técnico. Em regiões quentes e úmidas, tanques acumulam água nas paredes internas em volume suficiente para adulterar o etanol. "Você coloca 5 mil litros de etanol em um tanque e demora um mês para vender. É tempo para acumular gotículas de água, que se misturam ao combustível e podem consolidar a adulteração", disse o vice-presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Pará, Nélio Murta.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:****Título:** Gasolina: excesso de tributos

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), Daniel Costa, disse ontem, em entrevista ao programa CB.Poder, parceria entre a TV Brasília e o Correio, que o aumento de impostos e a nova política de preços da Petrobras justificam os altos valores dos combustíveis nas bombas. De acordo com levantamento realizado pelo Correio, a gasolina no Distrito Federal subiu 15,8%, nos últimos 12 meses, muito acima da inflação, nesse período.

Segundo ele, a redução de impostos é um fator primordial para que os preços dos combustíveis sejam reduzidos. “As tributações, tanto federais como estaduais, representam cerca de 50% do valor do combustível”, afirmou. “Não adianta colocar a culpa no posto revendedor, já que ele influencia apenas cerca de 15% do valor total”, acrescentou Costa. Ele lembrou ainda que o regime é de preços livres. “A política é de livre mercado, então não há definição do que seria preço abusivo”, considerou.

De acordo com estudos do sindicato, o consumo de combustíveis caiu 5% de 2016 para 2017. “São vários fatores que influenciam essa diminuição de consumo. Temos a introdução de carros elétricos, carros com um consumo mais econômico, pessoas que estão optando por gastar menos gasolina e até mesmo aqueles que estão priorizando transportes coletivos”, destacou Costa. E a previsão é de que novas reduções ocorram nos próximos anos.

Questionado sobre as acusações de que há cartel no setor, o presidente do Sindicombustíveis não excluiu a possibilidade de a prática ilegal ainda existir. “Há investigações. Não podemos assegurar 100% que não tenha mais cartel, porque não temos contato com todos os revendedores”, afirmou. “Nosso canal de informação são os revendedores associados. Mas estamos sempre à escuta do Cade, do Ministério Público, e, como ainda tem investigação, a gente não se mete muito nesse mérito”, disse.

Costa admitiu ainda a ocorrência de fraudes nos estabelecimentos de combustíveis. “Posto de combustível é sim lugar de lavagem de dinheiro. A margem é pequena e o volume é enorme, então independentemente de o posto ser pequeno ou grande, o mercado movimenta milhões de reais”, esclareceu. “Em São Paulo temos o exemplo da quadrilha PCC, proprietária de vários postos para lavar dinheiro de drogas, cargas roubadas e outros ilícitos.”

“São poucos os empresários que praticam atos ilícitos”, ressaltou, “mas eles acabam prejudicando a imagem do setor.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Paula Pacheco

Título: Negócios verdes movimentam trilhões e atraem estrangeiros

São Paulo – Nem os questionamentos ambientais e denúncias na área trabalhista tiram o interesse por títulos verdes da dívida, os chamados “green bonds”, emitidos por empresas e instituições financeiras brasileiras. O país lançou até hoje US\$ 3,67 bilhões, em um total de nove emissões – a primeira delas feita em 2015 – feitas em um período de baixa atividade econômica e recomendações pouco otimistas por parte das agências de avaliação de risco em relação ao Brasil. Pelo apetite dos investidores estrangeiros, o volume poderia ser ainda maior.

No mundo, esse mercado já chega a US\$ 221 bilhões, diz segundo relatório feito pela ONG Climate Bonds Initiative, divulgado recentemente. A estimativa é que, em 2020, o segmento movimente cerca de US\$ 1 trilhão, cinco vezes mais do que o valor previsto para este ano.

Os “green bonds” são títulos da dívida emitidos por empresas ou bancos para viabilizar projetos que tenham impacto ambiental positivo. O único objetivo é financiar projetos sustentáveis. É feito um processo de verificação por uma consultoria especial, que avalia se os recursos obtidos com a emissão serão investidos em ações climáticas ou ambientais. No caso brasileiro, eles são direcionados especialmente ao financiamento de projetos de energia renovável.

Para as empresas e instituições financeiras, há uma série de vantagens na emissão de títulos verdes, como o aumento da visibilidade de seus projetos sustentáveis junto ao mercado de capitais, o reforço da estratégia de negócio em direção à pauta ecossustentável e a possibilidade de captar recursos em condições mais favoráveis do que em uma emissão tradicional de títulos da dívida. Na relação de brasileiras que optaram pelos “green bonds” estão BNDES, BRF, Fibria, Suzano, CPFL Energias Renováveis, Rio Energy, Omega Energia e Klabin.

Gustavo Pimentel, diretor da Sitawi Finanças do Bem, diz que os títulos verdes são uma boa opção para as empresas que procuram diminuir seus impactos negativos (na sociedade ou no meio ambiente) e, consequentemente, aumentar os impactos positivos. “Para isso, podem atrair investidores mais atentos a essas

questões”, explica.

É o caso do BNDES, que em maio passado captou no exterior US\$ 1 bilhão em títulos verdes. A procura foi cinco vezes maior que a oferta de títulos, conta André Carvalhal, chefe do Departamento de Captação de Mercado do banco. “Encontramos uma diversidade grande de perfis entre esses investidores, a maioria ‘verdes’, o que é muito bom, porque atrai o olhar para o banco de um público diferente. Ganha-se um benefício adicional ao abrir as portas do banco para outras possibilidades”, diz. Além dessa vantagem, o executivo conta que foi possível obter com a operação o menor custo adicional (spread) em relação ao tesouro dos últimos 10 anos.

Cerca de 70% do valor captado com os “green bonds” do BNDES já estão empregados em oito projetos de energia eólica no Nordeste. Até o início do ano o banco vai anunciar quais são as empresas contempladas com os recursos. Apesar da primeira operação com os títulos verdes ter sido recente, Carvalhal não descarta a possibilidade de voltar ao mercado ainda no primeiro semestre de 2018. “Existe uma demanda forte do mercado por esses títulos brasileiros. Os ‘green bonds’ sempre estarão no nosso radar para novas emissões”, afirma.

‘No DNA’

A Fibria passou um ano estudando como fazer a emissão de títulos verdes. Foram, ao todo, cerca de 300 pessoas envolvidas na operação, de diferentes áreas da companhia. O lançamento – US\$ 700 milhões – foi feito em janeiro deste ano e 40% dos investidores eram focados em práticas de sustentabilidade. “Percebemos que havia um crescimento forte e consistente por esse tipo de papel e que fazia todo sentido seguir esse caminho, já que somos uma empresa que tem a sustentabilidade no DNA”, diz David Alegre, responsável pela tesouraria da companhia. O dinheiro captado já começou a ser investido na restauração de florestas nativas, em projetos de uso eficiente da água e de energia renovável.

Assim como no caso do BNDES, a procura foi muito maior que a oferta de títulos da Fibria – cinco vezes maior, segundo o executivo. “Para a empresa também foi uma grande oportunidade de divulgar nossos trabalhos de sustentabilidade e chamar a atenção desses investidores para nosso negócio”, diz.

Outra empresa do setor de papel e celulose que percebeu uma oportunidade nos “green bonds” foi a Suzano Papel e Celulose. Marcelo Bacci, diretor-executivo de Finanças e Relações com Investidores, conta que antes da emissão de R\$ 1 bilhão em Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) no mercado local, realizada em novembro do ano passado, a Suzano já havia sido pioneira na América Latina na emissão de ‘green bonds’ em dólares, com uma operação de

US\$ 500 milhões realizada em julho do ano passado. “O resultado das duas operações reforça a nossa percepção de que haverá um número crescente de investidores destinando recursos para esse tipo de títulos”, diz o executivo. “Por isso, temos certeza de que esse caminho será seguido por outras empresas.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Paula Pacheco

Título: Potencial brasileiro está no agronegócio

Para quem ainda dúvida do potencial desse mercado, basta lembrar que a meta climática brasileira (NDC), firmada no Acordo de Paris, prevê o compromisso de redução de 37% das emissões até 2015 e chegar a 43% em 2030 – isso em comparação ao patamar de 2005. Para chegar a esses números, a estratégia é melhorar a eficiência energética em 10%, o uso de bioenergia em 18% e de energias renováveis em 45%, além da recuperação de 12 milhões de hectares de florestas. Com isso, segundo o International Finance Corporation (IFC), a estimativa é que a soma dos compromissos que fazem parte da meta brasileira e outros investimentos climáticos exijam US\$ 1,3 trilhão de 2016 a 2030.

Para Gustavo Pimentel, diretor da Sitawi Finanças do Bem, o grande potencial brasileiro pode estar nas emissões de títulos verdes relacionados ao agronegócio. “A performance ambiental é cada vez mais relevante para os investidores e há muito espaço para as empresas brasileiras ligadas ao agribusiness que desejam lançar seus ‘green bonds’. Essa é uma atividade que acarreta uma série de passivos e na qual o Brasil tem muita relevância, daí a oportunidade”, analisa.

Annelise Vendramini, do Centro de Estudos Sustentáveis da Fundação Getúlio Vargas (GVCes/FGV), lembra que o movimento sustentável entre as empresas é crescente no mundo. Ela defende que principalmente as empresas envolvidas em atividades com alto impacto socioambiental – por exemplo, as mineradoras – devam se envolver em programas de sustentabilidade e recorrer ao lançamento de títulos verdes para se capitalizar e investir em projetos nessa área.

Parece contraditório, mas a especialista explica. “Os negócios no mundo estão mudando muito depressa. Para uma atividade ser sustentável, também no sentido financeiro, no médio e no longo prazo, será preciso diminuir seus impactos sociais e ambientais. É uma questão de sobrevivência”, afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Ampliação do mercado livre pode ser antecipada**

O governo estuda antecipar em dois anos o horizonte de abertura parcial do mercado livre para pequenos e médios consumidores industriais e comerciais, de 2028 para 2026. A antecipação deve constar do projeto de lei (PL) que o governo está elaborando sobre a reforma do setor elétrico, que deve ser apresentado ao Congresso após a entrega do PL da privatização do controle da Eletrobras.

Hoje podem consumir energia no mercado livre empresas dos setores industrial e comercial com demanda mínima de 3 megawatts (MW). Também podem participar do mercado livre empresas com demanda mínima de 500 quilowatts (kW) desde que comprem energia de projetos de fontes alternativas (eólica, térmica a biomassa ou pequena central hidrelétrica).

De acordo com a proposta do **Ministério de Minas e Energia** colocada em consulta pública em agosto, a abertura do mercado livre seria gradual até 2028. A partir de 2020, poderiam migrar empresas com demanda de pelo menos 2 mil MW, contratando energia de qualquer fonte.

Esse patamar seria novamente reduzido para 1 mil MW, em 2021, e 500 kW, em 2022. Em 2024, o patamar mínimo seria de 400 kW. E, em 2028, esse número seria reduzido para 75 kW. A proposta, no entanto, foi considerada "tímida" pelos agentes do mercado livre. A ideia do governo agora é trazer essa meta de 75 kW para 2026.

Outra mudança em estudo pelo governo, em relação à minuta colocada em consulta pública é a inclusão no texto do PL de uma determinação para que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) realize estudos sobre o impacto no setor de uma eventual liberação total do mercado de energia, incluindo clientes residenciais.

Estudo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel) indica que a proposta do governo de reforma do setor colocada em consulta pública pode fazer com que os segmentos industrial e comercial, com a abertura do mercado livre passem a economizar R\$ 2 bilhões por ano na tarifa de energia.

As contas da entidade consideram a entrada de 24 mil empresas, ou uma carga adicional estimada de 4.399 MW médios, no ambiente de livre negociação até

2028. Tomando como base uma tarifa futura de energia média de R\$ 241,61 por megawatt-hora (MWh) no ambiente cativo das distribuidoras, e considerando uma redução nas despesas com energia obtida no mercado livre de cerca de 15%, indústrias e estabelecimentos comerciais podem ter uma economia de R\$ 160 milhões por mês, ou cerca de R\$ 2 bilhões por ano.

A Abraceel calculou também o potencial de economia caso todos os consumidores do país tivessem possibilidade de migração para o mercado livre. Nesse caso, a economia na tarifa de energia poderia atingir quase R\$ 9 bilhões por ano.

Para Danilo Marchesi, sócio da consultoria EIG, há espaço para o governo promover uma abertura do mercado livre mais rápida do que aquela prevista na minuta colocada em audiência pública. Ele, no entanto, ressaltou que é preciso realizar estudos para analisar os possíveis impactos da abertura do mercado, como a relação dos contratos entre geradoras e distribuidoras. "Nosso entendimento é que de fato poderia haver uma abertura mais célere do mercado, mas isso pode ter algum impacto", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: MG planeja vender parte da estatal de planejamento

Em crise financeira, o governo de Minas Gerais enviou ontem projeto à Assembleia Legislativa que abre caminho para a venda de parte da companhia de desenvolvimento econômico do Estado, a Codemig. O texto fala em transformá-la em uma sociedade de economia mista, que era o status que tinha até 2011. Pelo projeto, o Estado continuaria com o controle.

A Codemig é dona ou sócia de uma variedade de ativos e negócios, entre eles hotel, fontes de água mineral, centros de convenção, fábricas, a sede do governo entre outros. Sua principal fonte de renda advém, no entanto, de um contrato com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), controlada pela família Moreira Salles. A CBMM é a maior produtora de nióbio do mundo - substância extraída em Minas.

"Esse projeto tem o intuito de deixar a Companhia preparada em caso de uma eventual oferta para compra de suas ações", disse a Codemig por meio de nota. O secretário da Casa Civil, Marco Antônio Rezende de Freitas, disse ao **Valor** que uma venda de parte das ações da Codemig ajudaria a dar um alívio às contas públicas.

"O objetivo é dar, direta ou indiretamente, um benefício ao Tesouro do Estado. Haveria um benefício para o nosso caixa", disse. Minas tem registrado déficit orçamentário desde 2015, quando o governador Fernando Pimentel (PT) assumiu. Salários têm sido pagos de forma parcelada, o investimento público caiu e neste ano ainda não está claro se o governo terá capacidade para pagar o 13º salário dos servidores.

Teixeira diz que não haveria tempo hábil para o Estado conseguir receita extra com uma oferta de ações para honrar com o 13º.

Em 2016, a Codemig registrou receita bruta de R\$ 825 milhões - ante R\$ 995,3 milhões de 2015. Isso, afirmou, porque houve grande volume de desembolsos em investimentos, pagamentos de juros, distribuição de dividendos e acerto de impostos com a CBMM. O lucro também caiu: de R\$ 593,5 milhões para R\$ 230,6 milhões.

O anúncio do projeto de lei veio dias depois de a Codemig informar que está trabalhando numa operação de mais de R\$ 500 milhões para comprar 50% do laticínio Itambé. A Codemig disse que aportaria parte do capital e que negocia outra parte com bancos e fundos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Pacote de mineração ganha nova cara e desagrade empresas

O pacote de mudanças na indústria de mineração, lançado em julho por meio de três medidas provisórias, saiu do Congresso Nacional desfigurado. As alíquotas de royalties cobradas na exploração do minério de ferro ficaram mais altas do que o inicialmente previsto pelo governo, a nova agência reguladora saiu inchada e com aumentos salariais para os servidores da área, a MP que buscava modernizar 23 pontos do código em vigência há 50 anos caducou sem ser votada.

A bola agora está com o presidente Michel Temer, que tem 15 dias úteis para sancionar ou vetar os textos aprovados. O aumento dos royalties deve se tornar uma queda de braço entre parlamentares e mineradoras. Deputados federais e senadores do Pará e de Minas Gerais foram ao Palácio do Planalto ontem mesmo, um dia após a aprovação da MP que tratava do assunto, iniciar sua pressão. Ao mesmo tempo, mineradoras protestam duramente contra a alíquota fixa de 3,5% sobre a receita bruta das jazidas de ferro.

"Isso entra na estrutura de custo das empresas e representa aumento da carga tributária", diz o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Walter Alvarenga. "Nós respeitamos as alterações decididas pelo Congresso, mas elas comprometem a competitividade, a geração de divisas e o plano de investimentos para o país. Peru, Argentina e Chile estão atraindo mais projetos do que o Brasil porque estimulam a atividade", acrescenta.

Atualmente os royalties cobrados sobre a exploração do minério de ferro são de 2% da receita líquida. A proposta do governo era de alíquotas que variavam conforme o preço internacional de mercado. Mesmo podendo alcançar 4% em caso de altas súbitas da commodity, a alíquota ficaria hoje em 2% do faturamento bruto.

Por ora, a tendência clara no Palácio do Planalto é manter a nova tabela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), segundo apurou o **Valor**. Além de pagar a conta por votos favoráveis que recebeu nas denúncias apresentadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), Temer tenta fazer acenos para conquistar apoios à reforma da Previdência e resolveu não comprar briga com as bancadas mineira e paraense.

A arrecadação da Cfem atingiu R\$ 1,8 bilhão no ano passado e a estimativa era de um aumento próximo a 80%, que deve subir ainda mais. A maior parte vai para municípios e Estados, mas o Congresso incluiu uma pequena fatia dos royalties para prefeituras de cidades indiretamente impactadas - por exemplo, cortadas por ferrovias ou com portos.

Outra medida provisória, que criou uma nova agência reguladora no lugar do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), também mudou de cara no processo legislativo. O número de cargos comissionados passou de 252 para 384. Salários dos servidores foram equiparados aos outros órgãos reguladores e terão, em alguns casos, aumento superior a 30%. Os pré-requisitos para a escolha da futura diretoria colegiada ficaram menos rígidos.

A associação de servidores do DNPM enfatiza o fato de que os ajustes feitos pelo Congresso dispensam a necessidade de contratações temporárias na nova agência - fato que seria inédito, segundo a entidade, entre órgãos reguladores. Isso "permitirá continuar as operações sem onerar demais os cofres públicos, já implementando uma nova dinâmica de gestão com ganhos imediatos em celeridade processual e arrecadação".

Para o especialista em direito minerário Marcello Ribeiro Lima Filho, sócio do Lima Feigelson Advogados, houve uma "grande perda" na exclusão de parte dos critérios para a diretoria da agência. Esses critérios reproduziam a Lei de

Responsabilidade das Estatais, exigindo pelo menos dez anos de experiência profissional dos indicados, por exemplo.

Mesmo com o enfraquecimento dos pré-requisitos originais, Lima elogia a medida. "Era uma discussão que se estendia por mais de 20 anos. Pelo menos foram mantidos alguns critérios, os diretores vão ter mandatos fixos, sem a possibilidade de recondução", afirma. Ele também achou positiva a derrubada da nova taxa de fiscalização das atividades minerárias, no valor de R\$ 500 a R\$ 5 mil por cada jazida, dependendo do estágio do empreendimento. A justificativa do governo era custear o funcionamento da agência. "Mas seria apenas uma mordida a mais."

Como a MP de reforma do código em vigência desde 1967 caducou, o **Ministério de Minas e Energia** avalia a conveniência de editar um novo texto na virada do ano legislativo. "Esse vaivém de medidas provisórias que perdem eficácia traz incertezas para o setor", completa o advogado.

Para piorar o grau de insegurança, o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) entrou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender, liminarmente, a validade de todas as MPs - incluindo os textos aprovados pelo Congresso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petróleo aguarda Opep

Os preços do petróleo fecharam em queda ontem, pela terceira vez seguida, decorrente de incertezas sobre o desfecho da reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), marcada para amanhã. No encontro, será decidida a extensão dos cortes de produção da commodity. A cotação do WTI, negociado em Nova York, na Nymex, recuou 1,2%, para US\$ 57,30 o barril. Já o contrato para janeiro do Brent caiu 0,8%, para US\$ 63,11, na ICE, de Londres. O de fevereiro recuou 1,1%, para US\$ 62,53 o barril.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem traz novo alívio a controladores

A petroquímica Braskem vai fazendo jus ao título de joia da coroa da Odebrecht, sobretudo após a derrocada financeira do grupo na esteira da Operação Lava-Jato. Sob o fundamento do forte desempenho operacional verificado no acumulado neste ano até setembro, a companhia vai pagar antecipadamente um dividendo de R\$ 1 bilhão a seus acionistas. Com isso, somados os proventos pagos durante 2016, com base nos bons resultados de 2015, as sócias Odebrecht e Petrobras terão recebido juntas mais de R\$ 2,2 bilhões pela participação na maior fabricante de resinas das Américas.

Conforme anúncio de terça-feira, à controladora Odebrecht caberão R\$ 384 milhões, que chegam ao caixa em 12 de dezembro - a distribuição tem 2017 como ano base. A Petrobras, segunda maior acionista da empresa, receberá R\$ 362,2 milhões. Somando-se outros dois dividendos de R\$ 1 bilhão cada, pagos em abril e outubro do ano passado, a Odebrecht terá recebido da Braskem R\$ 1,15 bilhão até o fim deste ano e a Petrobras, R\$ 1,07 bilhão.

Em termos absolutos, os dividendos de R\$ 1 bilhão são os maiores já pagos pela petroquímica desde sua constituição, em 2002. Também estão entre os mais elevados em termos relativos. Os R\$ 2 bilhões que foram pagos no ano passado equivaleram a mais de 60% do lucro líquido de 2015. Em 2017, a distribuição está em 27% do resultado, o que pode indicar uma possível nova rodada de distribuição de proventos.

A Odebrecht tem pouco mais de 226,33 milhões de ações ordinárias da petroquímica, equivalente a 50,12% do total de ONs. Por essa fatia, receberá R\$ 284,4 milhões em dezembro. Além disso, é dona de cerca de 22,3% dos papéis PNA, que lhe garantem mais R\$ 99,5 milhões. Já a Petrobras possui 47% do capital ordinário e 21,9% das ações preferenciais. Pelas ONs, tem direito a R\$ 267 milhões. Pelas PNAs, mais R\$ 95,2 milhões.

Endividadas, as duas acionistas - ambas protagonistas no que ficou conhecido como escândalo do Petrolão - têm em curso um plano de venda de ativos, que no caso da Petrobras envolve inclusive a participação na Braskem. A entrada de recursos pelas mãos da controlada neste momento, portanto, é muito bem-vinda. Há muitos rumores sobre potenciais interessados na petroquímica e há quem diga que a venda pretendida pela Petrobras sai em 2018.

Publicamente, a Odebrecht tem reiterado que não pretende se desfazer das ações da Braskem. Contudo, em meio a conversas com a Petrobras sobre um novo acordo de acionistas, é possível que o grupo reduza a sua posição, conforme o modelo escolhido para "destravar" valor da Braskem - o entendimento das sócias é que o mercado acionário não atribui à companhia seu valor real. Provavelmente, o entendimento do mercado é que para se chegar ao "valor real" é preciso excluir uma ou talvez as duas acionistas.

Além dos dividendos, a Odebrecht recebeu da Braskem recursos relativos à recompra da Cetrel, empresa que presta serviços ambientais no Polo de Camaçari (BA). Apesar da resistência de acionistas minoritários, a petroquímica pagou recentemente R\$ 610 milhões para o grupo que a controla para reaver a companhia de saneamento, que foi vendida pela própria Braskem para a Odebrecht Ambiental há cinco anos.

Este ano não estava previsto o pagamento de dividendos, já que em 2016 a companhia fechou com prejuízo. Mas de janeiro a setembro a companhia alcançou lucro líquido acumulado de R\$ 3,7 bilhões e resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de R\$ 9,4 bilhões, o que permitiu antecipar a distribuição que só deveria ocorrer em 2018.

A direção da Braskem já havia indicado que esse tema estava sendo tratado dentro da companhia. No começo de novembro, o presidente Fernando Musa afirmou que existia um "diálogo" sobre a possibilidade de nova distribuição. "Isso está sendo discutido", afirmou. Na semana passada, o vice-presidente financeiro da empresa, Pedro Freitas, reiterou que o novo pagamento era "algo bastante razoável", considerada a baixa alavancagem financeira da companhia. **(Colaborou Renato Rostás)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: CVM abre processo contra KPMG por atuação na Petrobras

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu novo processo sancionador resultante das investigações em relação à Petrobras. Desta vez, o caso concentra-se na atuação da empresa de auditoria KPMG, acusada pela autarquia junto com os sócios Bernardo Moreira Peixoto Neto e Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa.

O regulador realizava investigações sobre o assunto desde 2014. O caso da KPMG não é o único entre as empresas de auditoria. Há também uma análise sobre a PricewaterhouseCoopers, mas até o momento a autarquia não instaurou um termo de acusação. Já o processo sancionador contra a KPMG foi aberto no fim de agosto e encontra-se na coordenação de controles de processos administrativos à espera da defesa dos acusados.

Neles, são analisados o descumprimento de regras da própria CVM e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no que diz respeito à conduta profissional, o exercício da atividade de auditor e a emissão de pareceres e relatórios de auditoria.

Também investiga infrações a normas brasileiras de contabilidade, conhecidas pela sigla NBC. O regulador cita o descumprimento de sete delas, divididas entre as demonstrações financeiras de 2009, 2010 e 2011: NBC TA 200, NBC TA 230, NBC TA 330, NBC TA 530, NBC TA 610, NBC TA 240 e NBC TA 540.

Essas regras referem-se à atuação do auditor, à responsabilidade dele na elaboração da documentação para a auditoria das demonstrações contábeis e às fraudes na auditoria destes documentos, por exemplo.

As informações disponíveis sobre o processo também citam o descumprimento à NBC TA 265, que trata do dever do profissional de auditoria de comunicar as deficiências de controle interno identificadas aos responsáveis pela governança e à administração em relação ao balanço de 2011.

Em relação a este mesmo ano, fala, ainda, do descumprimento de regra da CVM que lista, entre os deveres e responsabilidade dos auditores, a obrigação de encaminhar o chamado "relatório circunstanciado" à administração e ao conselho fiscal. Este documento deve conter as observações do auditor em relação aos controles internos e aos procedimentos contábeis da entidade auditada. Ele também precisa descrever eventuais deficiências ou ineficácias identificadas no transcorrer dos trabalhos.

Após ser questionada pelo juiz federal Sergio Moro, a KPMG encaminhou ofício no primeiro semestre deste ano dizendo que não identificou nos balanços da petroleira atos ilícitos ou de corrupção envolvendo o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A auditoria analisou o período entre 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2011. Os nomes dos dois auditores acusados constam na lista de testemunhas de defesa do ex-presidente Lula entregue a Moro em abril.

Desde que a Lava-Jato veio a público, a CVM abriu investigações, inquéritos e processos administrativos relacionados à estatal de petróleo. Até a abertura do caso da KPMG apenas dirigentes haviam sido acusados. Agora, são seis processos com acusação formulada, cinco investigações e outros cinco inquéritos. Em junho, a CVM abriu processo contra 40 atuais e antigos administradores pela não realização de testes adequados que poderiam ter levado a baixas no valor dos investimentos na Rnest e no Comperj de 2010 a 2014.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Queiroz Galvão pode investir em poço no campo de Atlanta

A Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP) estuda a possibilidade de perfurar um poço exploratório na camada pré-sal abaixo do campo de Atlanta, na Bacia de Santos, investimento estimado em US\$ 125 milhões. O diretor-presidente e de exploração da empresa, Lincoln Guardado, diz que a decisão deve ser tomada entre 2019 e 2020, quando está prevista a conclusão do projeto definitivo de produção de Atlanta.

"Temos a identificação de uma oportunidade embaixo de Atlanta, de pré-sal. Ela está identificada. Quando vai ser perfurada, ainda não temos [previsão]. Hoje, o foco é começar a produzir em Atlanta, para gerar fluxo de caixa", disse Guardado a jornalistas, após participar de reunião com integrantes da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado e Capitais (Apimec), no Rio.

Segundo o executivo, o início de produção em Atlanta está previsto para o primeiro trimestre de 2018, a partir de um sistema de produção antecipada. O navio-plataforma que fará a produção deve chegar ao Brasil até o fim deste ano.

A expectativa é que o sistema produza cerca de 20 mil barris diários de petróleo nos primeiros meses. Há a expectativa de aumentar a produção para 30 mil barris diários, com a possibilidade de perfuração de um terceiro poço de produção, no segundo semestre de 2018. O novo poço exigirá investimentos de US\$ 45 milhões.

O início de produção em Atlanta sofreu atraso por questões técnicas envolvendo a plataforma, que será afretada da Teekay Offshore. O atraso, contudo, não foi necessariamente ruim. Isso porque a QGEP negociou um aditivo com a Teekay para reduzir, de US\$ 480 mil/dia para US\$ 410 mil/dia, a taxa de afretamento, durante os primeiros 18 meses da produção. Além disso, lembrou o diretor de Produção da QGEP, Danilo Oliveira, com o atraso, a petroleira tirou proveito da recuperação do preço internacional do petróleo.

Também está no foco da QGEP uma solução para a composição do consórcio dono do BS-4. Isso porque a Dommo Energia (antiga OGX), que possui 40% do bloco, está inadimplente em cerca de R\$ 100 milhões com o consórcio e não teria condições de fazer frente aos novos investimentos planejados pelo grupo, como a possibilidade de perfuração de um poço na camada pré-sal.

A Dommo vem tentando vender sua fatia no bloco. Guardado disse esperar uma definição do negócio antes do início de produção em Atlanta. A QGEP é a operadora do bloco, com 30%. A outra sócia é a Barra Energia, também com 30%.

"Fomos comunicados de que a Dommo tinha interessados [pelo ativo]. Não queremos chegar no primeiro óleo [início de produção] de Atlanta com esse impasse presente", disse Guardado, lembrando que o consórcio ainda terá que investir US\$ 35 milhões na implantação de um sistema de escoamento de gás natural do campo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Mariana (MG)

Título: Samarco testa novo método para depósito de rejeito

A mineradora Samarco planeja adotar um método não convencional de armazenamento de rejeito de minério de ferro em sua mina em Mariana, em Minas Gerais. A empresa está sem operar há pouco mais de dois anos, quando a barragem de Fundão, onde até então era depositado rejeito, se rompeu no dia 5 de novembro de 2015. A Samarco, sociedade entre Vale e BHP, tenta obter novas licenças ambientais do governo estadual a fim de retomar suas atividades.

Para isso, propôs ao governo, no ano passado, um local alternativo para dispor o rejeito produzido quando a empresa estiver operando novamente. O local, chamado de cava Alegria Sul, é um imenso buraco onde vinha sendo retirando minério. A cava fica no complexo da empresa, em Mariana.

Veja o local onde a Samarco vai armazenar rejeito de minério de ferro. O repórter Marcos de Moura e Souza conversa com o gerente geral de Retomada da mineradora Samarco, Alexandre Souto.

Pelo plano inicial, a Samarco jogaria na cava o rejeito úmido, como era feito em Fundão. E em 22 meses, Alegria Sul estaria no limite, não podendo mais ser usada.

O que a empresa pretende agora é estender a vida útil da cava como depósito do rejeito. Para isso, propõe adicionar uma nova fase no processo de mineração. A ideia é usar um sistema de filtragem para retirar a água da maior parte do rejeito, restando uma areia que será empilhada na área e coberta com vegetação. A água retirada será usada no processo de processamento do minério e nos minerodutos da empresa.

De maneira geral, 80% do rejeito é formado por areia e água; e 20% de uma lama espessa, segundo a empresa. Pelo plano a ser validado pela Secretaria de Meio Ambiente de Minas, Alegria Sul receberá apenas a parte da lama.

"Se jogássemos todo o material, a cava seria usada por 22 meses. No novo sistema a cava poderá ser usada por cinco a seis anos", disse ontem a jornalista Alexandre Souto, gerente geral de retomada da empresa.

Não foi informado o custo do processo de filtragem da areia de rejeito. Não é, segundo Souto, método convencional usado pelas mineradoras e passou por testes na empresa antes de ser apresentado como alternativa. O modelo convencional é o descarte em grandes lagos, como em Fundão.

A Samarco aguarda a licenças para começar as adaptações na cava. A ideia é ampliar a área da cava que tem, do fundo ao topo, 72 metros de altura. Sua capacidade de armazenamento é de 17 milhões de metros cúbicos. Quando a barragem de Fundão se desfez, tinha 55 milhões de metros cúbicos de rejeito em seu interior. A capacidade total era de 112,5 milhões.

A empresa lembra que o uso de barragens era e ainda é um método largamente usado pelas empresas de mineração, mas que o desastre exigiu novas soluções da Samarco e do setor.

A mineradora não sabe quando poderá voltar a operar. Aguarda tanto a licença da cava quanto a licença corretiva de todo o empreendimento. Um cenário considerado por autoridades que acompanham o processo em Minas é que volta às atividades ocorra no segundo semestre de 2018.

A companhia se mantém hoje com aportes da Vale e BHP. Dos 3.000 funcionários que tinham em Minas Gerais e no Espírito Santo serão 1.135 até o fim do ano.

A construção do sistema de filtragem levará cerca de um ano - e só poderá ser iniciado após o licenciamento. "A empresa não pode esperar e por isso no primeiro ano de operação vamos depositar 100% do rejeito na cava enquanto construímos a filtragem. Nossa situação é crítica, precisamos começar a gerar caixa novamente."

O repórter viajou a convite da Samarco

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Após vários anos, demanda por aço longo volta a subir

As siderúrgicas brasileiras recuperaram no mês passado parte do mercado que haviam perdido para produtos estrangeiros, com destaque para a demanda do segmento de aços longos, mostram dados do Instituto Aço Brasil.

A divulgação oficial será feita hoje, com a análise dos dados e as perspectivas para o restante do ano. Os números foram revelados ontem, com antecedência, em um relatório do Itaú BBA.

Durante outubro, o consumo aparente de produtos siderúrgicos - índice que reúne tanto vendas internas quanto importações - totalizou 1,65 milhão de toneladas, leve queda de 0,1% em comparação anual. Sobre o mês imediatamente anterior, houve recuo mais forte, de 6,4%.

A quase estabilidade foi possível porque, apesar de a entrega das usinas ter diminuído, as importações também foram menores. Além disso, enquanto o consumo de aços planos - com maior uso no setor automotivo e na fabricação de eletrodomésticos - piorou, houve recuperação substancial de aço longo - mais utilizados na construção.

As vendas internas das siderúrgicas avançaram 6,8% em outubro, ante o mesmo período de 2016, para 1,47 milhão de toneladas. Considerando só produtos planos, houve queda de 1,6%, para 824 mil toneladas, mas em longos foi observada alta de 17,7%, para 611 mil toneladas. As vendas totais caíram 5,1% em relação a setembro.

Já o nível de importação foi a 186 mil toneladas, 34% a menos em comparação anual e baixa de 15,8% de um mês para o outro.

"Foi o maior incremento em comparação anual para as vendas internas de longos desde o começo de 2011", ressalta o Itaú. "Acreditamos que os volumes mais fortes se explicam principalmente pela tendência melhor do setor industrial, além de uma recuperação modesta da construção civil."

Os dados do Aço Brasil também mostram que a produção de aço bruto no país chegou a 3,05 milhões de toneladas no mês passado. Em comparação anual, há aumento de 3,9%, e sobre setembro, avanço de 2,9%.

Já as vendas ao mercado externo, que têm ajudado a impedir uma queda maior no uso de capacidade das empresas, cresceram 29,8%, também em comparação anual, para 1,37 milhão de toneladas. De um mês para o outro, ocorreu retração de 5,7%.

"O volume mais forte beneficia principalmente a Gerdau, porque vai ajudar a companhia a diluir seus custos fixos e abre espaço para um potencial aumento

de preços", comentam os analistas Marcos Assumpção, Daniel Sasson e Carlos Schmidt, que assinam o relatório do Itaú.

Ontem, as ações preferenciais da Gerdau terminaram em alta de 1,09% na B3, para R\$ 11,10, e as da Usiminas, com queda de 3,99%, para R\$ 8,90. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) teve desvalorização de 3,34, para R\$ 7,52.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: BP e Copersucar formam joint venture em Paulínia

Com produção sucroalcooleira no Brasil há menos de dez anos, a britânica BP Biocombustíveis realiza agora sua primeira incursão na logística de etanol no país, por meio de uma parceria com a Copersucar, uma das empresas mais tradicionais do segmento. Ambas passarão a dividir a gestão do terminal do biocombustível que a Copersucar construiu em Paulínia - ponto nevrálgico da distribuição de combustíveis do país - por meio de uma joint venture. Conforme acordo assinado ontem, cada parceira terá 50% da nova empresa. O valor da transação não foi divulgado.

O terminal, que recebe etanol de todas as usinas sócias da Copersucar e de terceiros, foi resultado de um investimento de R\$ 150 milhões do grupo e está em operação desde 2014. Em 2016, após receber autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Terminal Copersucar de Etanol (TCE) foi conectado à refinaria da Petrobras em Paulínia (Replan).

Antes mesmo de manifestar seu interesse na exploração do terminal, a BP Biocombustíveis já mantinha relação comercial com o Copersucar - desde 2011, com contratos de comercialização, armazenagem e logística de produtos.

O presidente da Copersucar, Paulo Roberto de Souza, disse, em nota ao **Valor**, que a joint venture abre oportunidades para "otimizar a logística de etanol" e proporcionará "ganhos de competitividade e flexibilidade no atendimento ao mercado".

"Esta importante parceria com a Copersucar nos permitirá ampliar de forma relevante a presença comercial da BP no Brasil", afirmou Mario Lindenhayn, presidente da BP Biocombustíveis e representante da companhia petrolífera no Brasil, também em nota ao **Valor**. Com três usinas no país - duas em Goiás e uma em Minas Gerais -, a britânica tem capacidade para produzir até 900

milhões de litros de etanol por safra, em uma temporada na qual a fabricação do biocombustível foi maximizada.

A opção por parcerias tem sido uma estratégia presente nos movimentos recentes de ambas as companhias no segmento. Quando resolveu estreitar na produção de açúcar e etanol no Brasil, a BP Biocombustíveis fez, em 2008, uma joint venture com os grupos Maeda e Santelisa Vale para administrar uma usina em Goiás. Com isso, a empresa inaugurou a onda de investimentos estrangeiros da última década no setor.

A Copersucar também tem optado por joint ventures. Foi assim com sua entrada no mercado de distribuição de etanol nos Estados Unidos, com a Eco-Energy - que hoje é totalmente controlada pela brasileira - e com a criação da trading de açúcar Alvean com a americana Cargill.

Por estar próximo à maior refinaria de petróleo do país, o que concentra as distribuidoras de combustíveis em Paulínia, o TCE hoje é crucial para conectar as usinas sucroalcooleiras do Centro-Sul à rede de distribuição. Além do terminal da Copersucar, há outros três terminais que operam com etanol no município, mas com volumes muito menores que os movimentados pela cooperativa.

Além de estar conectado à refinaria da Petrobras, o TCE também garante acesso de etanol ao duto da Logum - companhia que tem a Copersucar em seu bloco de controle e que hoje opera até Uberaba e Ribeirão Preto -, e às rodovias Bandeirantes, Anhangüera, Dom Pedro e a Estrada Velha de Campinas (SP 332). Em um "futuro breve", segundo a BP, o terminal será integrado à Ferrovia Centro-Atântica, operada pela VLI, que já é utilizado para escoar açúcar produzido no interior de São Paulo.

Atualmente, o terminal tem capacidade para armazenar 180 milhões de litros de etanol - tanto o anidro, que é misturado à gasolina nas distribuidoras, como o hidratado. Por ano, o terminal movimenta até 2,3 bilhões de litros do biocombustível. Esse volume representa pouco mais da metade de todo o etanol que a Copersucar movimentou na safra passada (2016/17) e 14% do volume vendido pelas usinas do Centro-Sul do país desde o início da safra atual até a metade de novembro.

Já na época da construção do terminal a Copersucar previa a possibilidade de dobrar a capacidade de armazenamento e movimentação do TCE. Porém, a companhia britânica disse que "qualquer plano futuro será discutido em conjunto pela Copersucar e a BP, após a aprovação do negócio pelos órgãos regulatórios". A transação ainda depende da satisfação de "condições precedentes típicas para esse tipo de negócio", segundo a BP, o que inclui a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Finanças****Autor: Juliana Machado e Lucinda Pinto | De São Paulo****Título: Investidor deixa CPFL antes de oferta e ação recua 6,9%**

As ações da CPFL Energia foram destaque de baixa dos ativos que compõem o Ibovespa ontem. Segundo operadores, o recuo acompanhou a saída em massa de investidores pela provável perda de liquidez que o ativo deve enfrentar após realizada a oferta pública para aquisições de ações (OPA). A ação ordinária da elétrica caiu 6,89%, aos R\$ 25,28. O giro financeiro foi de R\$ 42,87 milhões, o dobro dos R\$ 20,61 milhões movimentados no pregão anterior.

A oferta será realizada hoje, às 15h, no sistema da B3. Serão negociadas a totalidade das ações da CPFL, ou 461.749.929 papéis, ao preço de R\$ 27,69 - valor 9,5% maior do que a cotação de ontem. A oferta está sendo feita pela chinesa State Grid, que adquiriu o controle da elétrica e terá que, por isso, estender a oportunidade de venda de ações aos demais acionistas - mecanismo chamado de "tag along".

Os interessados em participar do leilão tiveram até as 18h de ontem para se habilitar para a operação. No entanto, como o sistema de contabilização das ações no portfólio dos acionistas leva o intervalo de três dias úteis, somente quem comprou papéis até sexta-feira (24) teve condições de participar do processo. Assim, segundo operadores, os agentes de mercado não quiseram ficar com um papel que deve provavelmente perder liquidez na bolsa.

Sem manter o nível do chamado "free float", isto é, o percentual mínimo de ações em circulação, a CPFL pode inclusive acabar deixando o Novo Mercado, segmento máximo de governança da B3. Pelas regras do nível especial, as empresas precisam manter ao menos 25% do capital social em circulação no mercado.

Os índices da B3 dos quais a CPFL Energia faz parte também serão ajustados após a OPA. Segundo comunicado, serão alterados não somente o Ibovespa, mas também outros indicadores de bolsa, entres eles o Índice de Energia Elétrica (IEEX) e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Considerando as condições previstas no edital de OPA, entre elas a aquisição da totalidade das ações ordinárias da CPFL, a quantidade teórica dos papéis da companhia nas carteiras dos índices será reduzida conforme o número de ações adquiridas no leilão, após o fechamento do pregão de hoje. Atualmente, a CPFL tem participação de 1,025% no Ibovespa. A primeira prévia da nova carteira

teórica do índice será divulgada em 1º de dezembro, mas os ajustes por conta da oferta da CPFL serão feitos já hoje.

Segundo o chefe de renda variável da CM Capital Markets, Fabio Carvalho, a onda vendedora de ações da CPFL que ganhou corpo na sessão de ontem foi movida tanto por investidores locais quanto estrangeiros. Isso porque quem não adquiriu a ação até sexta-feira e não teve tempo hábil para participar da recompra da ação deixou de ter interesse em carregar um papel que deve perder liquidez.

O preço definido para recompra das ações da empresa, de R\$ 27,69, foi alterado na terça-feira pelo controlador para atender as condições de mercado e, assim, despertar o interesse dos detentores dos papéis. Até então, o preço para a recompra estava definido em R\$ 25,51, enquanto a ação estava sendo negociada acima dos R\$ 27,00.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Carolina Mandl e Camila Maia | De São Paulo

Título: Eletropaulo estuda fazer oferta de ações para pagar dívida com a Eletrobras, dizem fontes

A Eletropaulo estuda fazer uma oferta primária de ações para levantar recursos para o eventual pagamento de uma dívida com a Eletrobras, apurou o **Valor** com fontes próximas da operação.

Depois da migração para o Novo Mercado, concluída na segunda-feira, as ações passaram a ter maior liquidez na bolsa, permitindo com que o mercado de capitais voltasse a ser um mecanismo para a elétrica levantar recursos. A companhia já teria inclusive contratado alguns bancos para estruturar a operação, apurou o **Valor**.

Segundo uma das fontes, porém, a Eletropaulo só vai realizar a operação se houver um "evento relevante" que traga a necessidade de caixa, como um acordo com a Eletrobras para encerrar a disputa na Justiça que já dura 30 anos.

Os atuais sócios podem aproveitar a operação e fazer uma oferta secundária, para sair da companhia, mas isso é pouco provável levando em conta o valor das ações, especialmente depois da migração para o Novo Mercado, que fez com que o BNDES e a AES passassem a ser minoritários na companhia.

O ideal seria atrair um comprador para o controle da companhia, que envolveria um prêmio pelo controle, segundo essas fontes. Como os antigos controladores

AES e BNDES não tiveram sucesso nessa tentativa, optaram então pela migração para o Novo Mercado.

A participação da americana AES na Eletropaulo, de 16,83%, vale pouco mais de US\$ 130 milhões ao preço atual das ações, montante pouco significativo para a companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação & Tributos

Autor: Beatriz Olivon | De Brasília

Título: STJ vai julgar repetitivo sobre tributação de tarifas de energia

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) definirá se as tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica (TUST/TUSD) compõem a base de cálculo do ICMS. O tema será julgado como recurso repetitivo por solicitação da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (PGE-RS). Por esse motivo, o trâmite de processos sobre o tema ficará suspenso em todo país, inclusive nos juizados especiais, conforme proposta do relator da ação na 1ª Seção, ministro Herman Benjamin.

Como o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que a discussão é infraconstitucional, caberá ao STJ dar a última palavra sobre o assunto. Isso só poderá mudar se for apresentado e aceito recurso pelo STF com base constitucional.

A TUSD é paga pelo consumidor que adquire energia elétrica diretamente dos agentes de comercialização ou de geração no mercado livre de energia elétrica. O assunto é importante para os Estados e estima-se impacto de R\$ 14 bilhões por ano na arrecadação. As procuradorias estaduais já solicitaram julgamentos de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) nos tribunais da segunda instância.

No STJ há divergência sobre o tema. Por isso, no início do mês, a PGE-RS pediu que seja julgado como repetitivo o processo pela 1ª Seção, o que foi aceito. O caso (Eresp 1163020) envolve a Randon Implementos e Participações, fabricante de carrocerias e reboques, que se enquadra como consumidora de energia livre.

O impacto da discussão para o Rio Grande do Sul é de R\$ 1,5 bilhão anuais. O Estado ainda poderia ser obrigado a restituir R\$ 7,5 bilhões referentes aos últimos cinco anos de recolhimento do ICMS, segundo cálculos da Secretaria da Fazenda.

A 2ª Turma do STJ entende que a tarifa remunera o exercício de uma atividade de meio de transporte da energia elétrica que foge do campo de incidência do tributo. Na 1ª Turma, porém, o relator do caso da Randon, ministro Gurgel de Faria, julgou sob nova ótica.

A turma decidiu que não seria possível dividir as etapas do fornecimento de energia para fins de incidência do ICMS. A base de cálculo incluiria tanto os custos de geração, como a transmissão e a distribuição. Na época, a PGE-RS afirmou que, apesar de o processo envolver um consumidor de energia livre, a mesma tese se aplicaria aos consumidores menores - pessoas físicas, chamados de consumidores cativos.

O consumidor cativo tem um único contrato de energia, diretamente com a concessionária. Já o consumidor de energia livre tem contrato separado, um diretamente com a geradora de energia com quem fez negócio e outro com a distribuidora.

O ministro Gurgel de Faria disse que embora não exista diferença material na operação de fornecimento de energia elétrica, o consumidor cativo - que não pode escolher de quem comprar - segue pagando ICMS sobre o valor final da operação, que engloba o custo de todas as fases. Já o consumidor livre pode barganhar melhor preço tanto de geradoras quanto de comercializadoras e recolher o tributo só sobre o valor dessa etapa da operação.

"O mercado livre de energia elétrica disponibiliza apenas para os grandes consumidores, o que evidencia que a exclusão do custo referente à transmissão/distribuição da base de cálculo do ICMS representa uma vantagem econômica desarrazoada em relação às empresas menores", afirma no voto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Pará

Autor: Domingos Zaparolli | Para o Valor, de Belém

Título: Empreendimentos sustentáveis têm incentivo estadual

O principal indutor da economia paraense é a indústria extrativista voltada à exportação. A mineração contribui com quase 20% do PIB do Estado e responde por 86,6% das exportações, que totalizaram US\$ 10,47 bilhões entre janeiro e setembro deste ano. Mas responde por apenas 3% dos empregos formais e 4% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), uma vez que a Lei Kandir, instituída em 1996, desonera as exportações de produtos primários e semielaborados.

Adnan Demachki, secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme), diz que esse cenário levou o governo paraense a adotar iniciativas para incentivar o desenvolvimento de cadeias produtivas socioambientalmente sustentáveis que verticalizam e agregam valor localmente aos produtos e riquezas naturais da região.

Em 2015 o governo estadual reformulou sua política de incentivos fiscais para as empresas que se instalam no Estado e estabeleceu um sistema de redução progressiva do ICMS que privilegia empreendimentos que geram mais emprego e renda localmente. O desconto pode chegar a 95% do imposto, mas o total de abatimento é decidido levando em conta os resultados socioeconômicos.

O empreendimento é avaliado por um sistema de pontuação que considera sua capacidade de agregar valor à matéria-prima, grau de verticalização do empreendimento, geração de empregos, localização nos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), compras realizadas no Estado, inovação e sustentabilidade. "Nosso propósito é atrair empresas que vão gerar desenvolvimento social sustentável", diz Demachki.

Em 2016 a estratégia de atração de investimentos foi ampliada com o projeto Pará 2030. Com base em um estudo encomendado à consultoria McKinsey & Company um plano de ação foi elaborado para adensar 14 cadeias produtivas paraenses, entre elas as de energia limpa, turismo e gastronomia, pesca e aquicultura, agropecuária, minérios e indústrias de base florestal e biodiversidade, como a produção de cosméticos e medicamentos fitoterápicos.

Além de conceder incentivos fiscais, o Estado se comprometeu com uma série de iniciativas para aprimorar o ambiente de negócios nesses segmentos. Uma ação adotada foi a agilização do licenciamento ambiental. Foi criado o Simples Ambiental, que emite licença automática para atividades de baixo impacto, como indústrias de beneficiamento de açaí e cacau e fábricas de móveis. O investidor faz uma declaração com os dados do empreendimento e obtém uma autorização imediata para iniciar suas atividades. Cabe ao Estado conferir a veracidade dos dados.

As atividades de médio impacto, como entrepostos de peixe, curtumes e recicladoras de papel, por sua vez, passam por um licenciamento simplificado, com prazo de 30 dias para conclusão. O governo também simplificou e modernizou o sistema de regularização de terras, que passou a ser feito com o apoio de tecnologia de georreferenciamento. O título da propriedade da terra é imprescindível para o licenciamento de atividades econômicas e a obtenção de crédito.

Outra ação é o investimento em capacitação profissional por meio de cursos técnicos elaborados para atender a demanda específica de treinamento de mão de obra na região de implementação do empreendimento.

O governo do Pará contabiliza 41 protocolos de intenção de investimentos, sendo que os primeiros empreendimentos já estão em fase implementação.

Entre os novos negócios estão oito empresas de beneficiamento de açaí, que atualmente adquirem a fruta paraense e realizam a industrialização em outros Estados, como a paulista Frooty, que vai instalar uma unidade e criar 300 empregos em Mocajuba, uma das cidades com IDH mais baixo do Estado.

O Pará é o maior produtor de cacau do país e não contava com nenhuma empresa de beneficiamento. Agora a Oca Cacau está erguendo uma fábrica em Belém para produzir liquor e manteiga de cacau, as duas principais matérias-primas usadas na produção do chocolate. A meta agora é atrair um fabricante de chocolates.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Pará

Autor: Domingos Zaparolli | De Belém

Título: Plano para instalar siderúrgica em Marabá ganha peso com a Vale

O plano do governo paraense de instalar uma siderúrgica em Marabá, no sudeste do Estado, ganhou novo capítulo nesta semana. Executivos da Vale apresentaram ao governador Simão Jatene (PSDB) um estudo de viabilidade para uma siderúrgica com capacidade para produzir um milhão de toneladas de chapa de aço por ano. "A ideia é abastecer as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste", afirma Adnan Demachki, secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme).

Segundo o secretário, Marabá tem vantagens competitivas que ajudam a viabilizar o projeto. O município está a menos de 200 quilômetros de Canaã dos Carajás, a principal província de minério de ferro da Vale, com a qual está interligada por meio da Estrada de Ferro Carajás, que se liga à ferrovia Norte-Sul em Açailândia (MA).

A logística de Marabá ainda conta com a hidrovía do Tocantins e também é cortada pela rodovia Transamazônica. "A cidade é um ponto de encontro de modais logísticos", diz Demachki.

A siderúrgica paraense se beneficiaria do alto custo para o transporte de aço das siderúrgicas brasileiras, concentradas principalmente no Sul e Sudeste do

País. Por causa deste custo, atualmente as regiões Norte e Nordeste são abastecidas principalmente por aço proveniente da China.

A Vale tem um compromisso assinado com o governo paraense para apoiar a instalação de uma siderúrgica no Estado onde se propõe a fornecer minério de ferro com preços mais competitivos, reduzindo o custo de produção, além de fornecer o projeto técnico da usina, o licenciamento e o terreno para a instalação.

A viabilização do projeto depende da atração de um parceiro para a construção e operação siderúrgica. Uma possibilidade é reabrir negociações com a argelina Cevital. A companhia tinha planos de erguer em Marabá um complexo para produzir três milhões de toneladas anuais voltadas ao mercado externo. A proposta envolvia a instituição, pelo governo federal, de uma zona de processamento de exportação no município. A Cevital desistiu do projeto em agosto, após a sul-coreana Posco, sua parceira siderúrgica, concluir que a produção em Marabá voltada ao mercado externo não traria retorno atrativo para o investimento.

O projeto inicial de implementar uma siderúrgica no local, a Aços Laminados do Pará (Alpa), previa que o investimento seria da Vale - atendendo uma solicitação do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva- mas o conselho de administração da Vale optou por não levar adiante o investimento com recursos próprios.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Pará

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de Belém

Título: Carajás colocará Estado no topo da produção de minério de ferro

Em breve, o Estado do Pará deverá se tornar o maior produtor de minério de ferro do país e se consolidar como uma das principais províncias minerais do mundo. O avanço gradual do projeto de ampliação de exploração do metal em Carajás, na serra sul da maior mina de minério do mundo, batizado pela Vale de S11D, ampliará a posição de liderança global da multinacional verde-amarela.

Em 2015, 37% da produção total da mineradora brasileira vinham do sistema Norte, no Pará, percentual que deverá pular para 50% a 55% em 2018, o que também terá duplo impacto sobre a receita, não apenas em termos de volume, mas em preços. O minério extraído da serra sul de Carajás, projeto inaugurado no fim do ano passado e em avanço gradual de produção até 2020, tem alto grau de pureza e preço negociado mais alto.

No terceiro trimestre, a produção de minério de ferro da Vale atingiu 95 milhões de toneladas, recorde trimestral, resultado influenciado pelo aumento da exploração da serra sul de Carajás, que somará, até 2020, 90 milhões de toneladas do metal para a empresa e reservas superiores a 4,2 bilhões de toneladas métricas, o que assegura grande potencial futuro.

A duplicação e a renovação de quase 800 quilômetros da estrada de ferro Carajás e um novo berço de atracação no terminal da Madeira (MA), permitem que o sistema logístico da empresa tenha capacidade de 230 milhões de toneladas anuais. Foram investidos quase US\$ 20 bilhões no S11D. Cerca de US\$ 8 bilhões vão para instalação da nova mina e da usina; o restante será destinado à logística. "Isso torna a empresa a maior produtora de minério de ferro do mundo de custos mais baixos", diz o presidente, Fabio Schvartsman.

Para reduzir os impactos ambientais do empreendimento, no coração da Amazônia, uma das novidades do projeto é o uso de sistema móvel de correias transportadoras no lugar de caminhões para transporte do minério de ferro entre a mina e a planta de processamento, uma maneira de reduzir custos operacionais e emissões de carbono. Uma das fornecedoras foi a ABB. "A mineração utilizará cada vez mais equipamentos automatizados e o Brasil é um mercado em potencial", diz o presidente do grupo sueco-suíço, Ulrich Spiesshofer.

A atividade mineral tem impacto nos municípios de onde se extrai o metal. Segundo o Censo 2010, os dois maiores PIB per capita do Estado eram, respectivamente, Canaã dos Carajás (R\$ 48,6 mil) e Parauapebas (R\$ 45,2 mil).

As exportações do Estado deverão crescer nos próximos anos. Entre janeiro e outubro, os embarques somaram US\$ 12 bilhões, alta de 45% em comparação anual, com a China respondendo por 40% desse total. O principal produto é o minério, cujas exportações totalizaram US\$ 6,5 bilhões, alta de 80% em comparação anual, resultado do avanço do S11D e reforçando sua posição de liderança na pauta exportada do Pará. O metal responde até outubro por 54% dos produtos exportados.

O governo local busca verticalizar a produção dos metais, uma vez que o aumento da produção de metais no Estado tem criado poucos resultados para seus cofres. "O setor de mineração responde por menos de 5% do ICMS e dos empregos", destaca o secretário de Desenvolvimento Econômico, Adnan Demachki. A baixa arrecadação tributária está ligada à Lei Kandir, que isenta, desde 1996, de ICMS produtos direcionados à exportação. Grande parte dos projetos de mineração tem foco o exterior. Os maiores clientes do minério de ferro da Vale, por exemplo, são siderúrgicas chinesas. Calcula-se no Estado que

as perdas por conta da legislação nacional somam mais de R\$ 20 bilhões em 21 anos.

A indústria tem buscado fortalecer a cadeia de fornecedores no Estado e formar mão de obra capacitada, para agregar mais valor à produção local. "As empresas estão se preparando para usar a mão de obra local e estruturar uma ampla seleção de fornecedores, como supermercados e farmácias, nas regiões em que nada existe", destaca Marcel Souza, diretor executivo da Redes, uma iniciativa local das indústrias para criar a estrutura dos projetos. Em muitos casos, como nas novas fronteiras minerais, na Volta do Grande Xingu, é preciso pensar em todos os elos da cadeia e iniciar a atração de comércio.

A competitividade do setor e do Pará poderá ser afetada. O Senado aprovou a nova legislação sobre o setor mineral no Brasil, que, além de uma criar uma nova agência reguladora sobre a área, estabeleceu novas alíquotas sobre os royalties. No caso do minério de ferro, em vez de 2% sobre a receita líquida, serão cobrados 3,5% do faturamento bruto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Pará

Autor: Roberto Rockmann | De Belém

Título: Investimento para extração de níquel pode ultrapassar R\$ 500 milhões

O Pará não atrai apenas o interesse da Vale. A mineradora britânica Horizonte Minerals criou a Araguaia Níquel para exploração do metal em Conceição do Araguaia, Sudeste do Pará, entorno de Paraupabas. Podem ser investidos mais de US\$ 500 milhões. Em outubro, a Horizonte Minerals enviou os documentos para obtenção de licença de instalação do projeto para a secretaria de meio ambiente do Pará. O estudo de viabilidade deve ser concluído até o primeiro semestre de 2018. Na primeira semana de novembro, foi enviado à Agência Nacional de Mineração o plano de lavra para a extração de níquel na mina durante 28 anos. "Esse é um marco do projeto e nos permite seguir adiante", diz Jeremy Martin, presidente da empresa, que ressalta o aumento da demanda mundial por níquel com o avanço dos carros elétricos.

O início da produção está previsto para 2020. A empresa também firmou compromisso de escoar parte de sua produção pelos trilhos do projeto da Ferrovia Paraense, projeto do governo estadual, que tem atraído o interesse de outras empresas. A Mineração Irajá assinou compromisso para escoar potencialmente 20 milhões de toneladas anuais de minério de ferro pela ferrovia. A empresa prevê extrair o minério de minas em Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia, também no Sudeste do Pará. "A ferrovia poderia abrir caminho para que 13 minas de diversos metais pudessem escoar

sua produção", destaca o presidente da Comissão de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Pará (Fiepa), José Mendonça.

A exploração de ouro interessa à canadense Belo Sun, que desenvolve o projeto Volta Grande, por ora suspenso por decisão da Justiça Federal, que considerou que o licenciamento não avaliou impactos sobre tribos indígenas próximas à área. Localizado no município de Senador José Porfírio, sudeste do Pará, na região de Altamira, com investimento de R\$ 1,22 bilhão, o projeto está sem previsão de início por causa do impasse jurídico.

Nessa semana, a Repórter Brasil lançará estudo sobre o projeto na região, em que algumas comunidades sentem os impactos da usina de Belo Monte, cuja barragem reduziu a disponibilidade de água na Volta Grande de Xingu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Pará

Autor: Roberto Rockmann | De Belém

Título: Alubar expande com foco em transmissão

Na primeira semana de janeiro, a Alubar iniciará as obras civis de ampliação de sua unidade em Barcarena, onde fabrica cabos elétricos de alumínio e de cobre. Em janeiro de 2019 deverá inaugurar o novo galpão e a instalação do novo laminador, que está sendo fabricado na Itália e elevará sua capacidade em 60%, para 82 mil toneladas anuais. Com investimento de R\$ 100 milhões, a empresa, que em 2014 já tinha investido US\$ 25 milhões para elevar sua produção em 30%, se prepara para atender às encomendas dos leilões de transmissão.

Ano passado, o governo alterou as regras e elevou a rentabilidade dos projetos, o que atraiu novos players e mais concorrência. Anteriormente, a empresa chegava a ter um cliente respondendo por 40% dos pedidos. Agora o maior cliente terá 10% das encomendas, o que dilui o risco e amplia a fonte de financiamento dos projetos, que deverão passar a depender menos do BNDES, o que deve reduzir o ciclo de investimentos pela menor burocracia.

"Novas empresas ingressaram no setor, como o BTG Pactual, a Equatorial Energia, Vinci e deveremos ter outros novos estreantes, como empresas indianas, que deverão reforçar a multiplicidade de agentes", destaca Mauricio Gouvea, diretor executivo da empresa, que em quatro anos aumentou sua liderança no mercado de 41% para 60%.

A Alubar, única que processa produtos de alumínio no Estado, opera a 90% de sua capacidade e, com as vendas para as empresas que venceram os leilões do segundo semestre do ano passado e de abril deste ano, já está com a

capacidade da ampliação tomada. "O leilão desse ano e do próximo ano devem manter o setor aquecido nesse patamar", aponta.

Transmissão responde por 60% dos pedidos, com o restante direcionado para o setor de distribuição. Uma das razões do sucesso da empresa - que vendeu 70% dos cabos encomendados pelas empresas que arremataram a construção das linhas de transmissão do segundo semestre do ano passado, além das 50 mil toneladas de cabos encomendadas no leilão desse primeiro semestre - foi o desenvolvimento de um material mais leve que o usual. "Fomos à Austrália há quatro anos e aí começamos a testar esse novo produto, que, ao ser mais leve, permite que a concessionária use menos fundação e materiais para fazer suas torres", diz Gouvea.

A empresa está atenta a novos nichos de mercado. Um é o de cabos estanhados de cobre para energia solar, segmento que hoje começa a dar seus primeiros passos no Brasil. O fornecimento tem sido incipiente: ao redor de 100 toneladas por ano.

O carro elétrico é outro motivo de atenção da empresa. "Estamos estudando qual cabo será usado, como o motor elétrico será interligado; a ideia é obter uma certificação primeiro lá fora, mas achamos que isso se desenvolverá no Brasil, apesar de numa velocidade mais lenta do que a que se observa na Europa", afirma.

Em 2016, a Alubar teve receita líquida de R\$ 609 milhões, consolidando um aumento de 63% em relação ao ano anterior. A empresa tem usado a navegação de cabotagem para receber matéria-prima - carretéis de madeira produzidos no Paraná e vergalhões de cobre de São Paulo - por navegação de cabotagem, que responde por 10% de seu transporte. "É competitivo e é mais seguro transportar o cobre assim do que nas rodovias, em que existe um alto risco de assalto", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Pará

Autor: De Belém

Título: Ferrovia de R\$ 14 bi ainda traz incertezas

O principal projeto de infraestrutura do Estado do Pará são os 1.312 quilômetros de trilhos da Ferrovia Paraense, que irão interligar 23 municípios, escoar a produção de metais e do agronegócio, além de transportar passageiros na região.

Com custo estimado em cerca de R\$ 14 bilhões, o empreendimento interliga o complexo portuário de Barcarena, no leste do Estado, a Santana do Araguaia, no extremo sul.

Já foram firmados nove compromissos com empresas interessadas no escoamento de sua produção pela ferrovia, que o governo estadual promete licitar até o fim do primeiro semestre do próximo ano. Entre as interessadas, estão duas companhias chinesas, a Crec e a CCCC, e a russa RZD. "Esse é um projeto muito mais fácil de sair do que a Ferrogrão, o projeto do governo federal que corta áreas nativas de floresta, enquanto a Ferrovia Paraense transpõe uma área já com presença humana", afirma o secretário de Desenvolvimento Econômico do Pará, Adnan Demachki.

Nos bastidores, o governo paraense procura apoio da União para o projeto. Em uma frente, buscam-se recursos da renovação antecipada das ferrovias. A União anunciou que as cinco concessionárias que administram da malha atualmente existente terão sua concessão renovada, desde que se comprometam em novos investimentos, estimados pelo governo federal em R\$ 25 bilhões.

Uma das concessionárias é a Vale, que recentemente duplicou um trecho da Ferrovia Carajás para atender à expansão da exploração de minério de ferro em Carajás. O governo estadual estima que a Vale seria responsável pelo aporte de R\$ 5 bilhões a R\$ 7 bilhões de novos investimentos na malha. Como já realizou a duplicação de Carajás, esses recursos poderiam ser revertidos para serem aplicados na malha ferroviária nacional.

Em carta endereçada ao governo federal na semana passada e em reunião com o governo, realizada nesta última semana de novembro, o governo paraense defendeu que esses recursos sejam aplicados na Ferrovia Paraense. "Isso reduziria os custos do projeto e a atratividade, agora se o governo federal quiser, o projeto pode ser licitado por eles", diz o secretário.

Com os recursos da renovação, o empreendimento poderia ser licitado como concessão ou por meio de Parceria Público-Privada (PPP). Há preocupação de que os recursos possam ser usados pela ferrovia Transnordestina, prometida para ser entregue em 2010, mas que ainda permanece em obras e sem expectativa de prazo para a conclusão.

Com um trajeto de pouco mais de 1,7 mil quilômetros, a estrada de ferro interliga os portos de Pecém, no Ceará, a Suape, em Pernambuco. A CSN, concessionária, reluta em colocar mais dinheiro no empreendimento, enquanto o governo federal não tiver mais recursos. Uma ideia em consideração em Brasília seria usar o dinheiro da renovação antecipada da Vale para concluir o projeto, o que, no entanto, causa temor em Belém.

Em outra frente, o governo paraense busca mostrar ao governo federal que a obra da Ferrovia Paraense é mais fácil de ser licitada do que o projeto da União no Estado - a Ferrogrão.

Com previsão de contar com cerca de 900 quilômetros de trilhos entre a produção de soja no município de Sinop (MT) e os portos do Norte no Pará, a Ferrogrão se estende por uma área florestal praticamente toda preservada, com um custo estimado em R\$ 11,5 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Pará

Autor: Juan Garrido | Para o Valor, de São Paulo

Título: Alumínio alimenta geração de empregos

Além da mineração de bauxita, o Estado do Pará tem produção não só de alumina, como de alumínio primário e de cabos de alumínio para a distribuição de energia. "O Pará é abençoado pelas reservas de bauxita de excelente qualidade", afirma Milton Rego, presidente executivo da Associação Brasileira de Alumínio (Abal). Ele diz que o Estado também se beneficia pela posição geográfica mais próxima dos principais mercados do mundo. "O Pará tem a condição de ser um polo minerador, gerando desenvolvimento sustentável, postos de trabalho e impostos."

De acordo com ele, o alumínio talvez seja o metal com a cadeia produtiva mais verticalizada do país. Rego contabiliza que no Brasil, para cada real investido na mineração, são gerados R\$ 17,68 em toda a cadeia. "Em termos de emprego, cada um gerado na mineração significa 35 no universo do setor", afirma. Três quartos da bauxita que é minerada vêm a ser industrializados no próprio país. "No Pará, temos um exemplo de integração da cadeia que vai desde a mineração da bauxita até o produto final do alumínio".

Segundo estudos da Abal, a indústria de mineração de alumínio, quando vista a partir de uma ótica de sustentabilidade, pode mudar o ambiente em que está inserida. E cita os exemplos do Canadá e da Austrália. Para isso, entretanto, há um grande caminho a percorrer, começando pelo ambiente regulatório. A posição da entidade é de que é "insana" no Brasil a burocracia e a falta de objetividade na obtenção de licenças. O Código Mineral, que seria a base para uma previsibilidade nos investimentos, engatinha há mais de dez anos e, como é amplamente conhecida, a infraestrutura, que é vital para a viabilização de projetos, ainda é precária. Os empresários do setor lembram que a mineração compreende investimentos de longa maturação e, portanto, previsibilidade é o ponto chave neste processo.

Para Rego, o ano de 2016 foi o final de um movimento de encolhimento de mercado considerado o mais drástico na história do alumínio no Brasil. No consumo doméstico de produtos transformados de alumínio houve uma redução de 8%, que levou a demanda brasileira de produtos de alumínio para os níveis de 2010. "Já 2017, ao que parece, está apresentando um início de retomada no mercado brasileiro, puxado por aqueles segmentos que foram mais afetados durante essa recessão, em especial, o de transportes".

O consumo doméstico de produtos transformados de alumínio no período janeiro-setembro apresentou crescimento de 3% com relação ao mesmo período de 2016. Para o ano de 2017, a Abal espera um crescimento de cerca de 5% comparado ao ano passado, uma vez que o quarto trimestre indica sinais ainda mais fortes de recuperação nos principais segmentos de consumo.

Pelo lado das grandes empresas, a Hydro, conglomerado industrial norueguês, é a única companhia 100% integrada do setor no Brasil. "Além disso, o Brasil é o país no qual a Hydro mantém a maior cadeia de valor", revela Silvio Porto, vice-presidente executivo de bauxita e alumina. A companhia está presente em toda cadeia de valor do setor, desde a mineração de bauxita, passando pelo refino da alumina, produção primária e extrusão de soluções de alumínio.

Ele conta que a cadeia produtiva da Hydro no Pará envolve a Hydro Paragominas, a Hydro Alunorte e a Albras. A Hydro tem uma posição sólida no mercado de bauxita. A maior parte de sua produção é absorvida pela sua cadeia no Brasil.

Segundo Porto, cerca de 11 milhões de toneladas vêm da Hydro Paragominas. Além da participação da companhia na mina de bauxita Mineração Rio do Norte, ela tem acordos de compra e venda de 40% produção da MRN, equivalente a 7,9 milhões de toneladas em 2016. "Toda a produção que não é consumida internamente é comercializada para terceiros, representando 3,4 milhões de toneladas de bauxita por ano."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Pará

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de Belém

Título: Celpa sai do último lugar do ranking e vira o jogo

Há cinco anos, no primeiro dia de novembro de 2012, quando deixou a rodovia Augusto Montenegro e atravessou o portão de entrada da sede da Celpa, concessionária de distribuição de energia elétrica que atende ao Estado do Pará, Nonato Castro encontrou um estacionamento vazio. Uma greve com adesão de 85% dos funcionários fez com que mais de 1,5 mil funcionários cruzassem os

braços. Ao chegar ao prédio da diretoria, o cenário não foi melhor: a empresa tinha de pagar R\$ 32 milhões de energia elétrica, mas só tinha R\$ 16 milhões em caixa, fruto de uma geração de caixa negativa, que naquele ano somou R\$ 360 milhões. Além de negociar com o sindicato, era preciso ligar para os fornecedores e pedir mais prazo.

"Fomos claros, dissemos que queríamos mudar as coisas e falamos ao sindicato que iria ter demissões, mas elas eram necessárias para salvar a companhia, que estava à beira da falência", afirma Castro. Foram demitidos cerca de 700 colaboradores em cinco anos.

Em 2014, a concessionária deu lucro e, com a implantação do Programa de Participação em Lucros e Resultados (PLR), distribuiu 2,7 salários para os colaboradores. Adquirida naquele momento pela Equatorial, já que o Grupo Rede, dono anterior, estava em recuperação judicial, a Celpa deixou o ranking de pior distribuidora do país, investiu R\$ 3,5 bilhões e se prepara para novos desafios. A empresa, que está traçando seu orçamento para o próximo ano, deve investir entre R\$ 600 milhões e R\$ 700 milhões neste ano, com destaque para o controle de perdas e inadimplência.

O índice de perdas, que em 2012 chegava a 36,5%, caiu para 28%, sendo que no Brasil a média está em 15%. A taxa de reincidência de fraudes está em 39%. Na baixa tensão, que serve aos consumidores residenciais, em 2012, dois terços das casas tinham algum tipo de desvio reduzindo suas contas de luz. Esse percentual caiu pela metade. "Na economia informal, há pessoas que trabalham fazendo esse tipo de fraude, há um sentimento em muitas pessoas ainda de que a energia é de graça", afirma Castro, que antes de assumir a Celpa estava à frente da diretoria de distribuição da Cemar, no Maranhão. A Celpa emprega 30 motoboys que circulam nas principais cidades para verificar ligações clandestinas ou algum outro problema em postes ou nas residências.

Um ponto de atenção está na região Oeste do Estado, estão Santarém e Altamira, com pouco mais de cem mil clientes. Entre 2014 e 2016, os leilões de novos linhões de transmissão para a região não receberam propostas. O problema só foi resolvido neste ano, quando a Equatorial, principal acionista da Celpa, ingressou no setor de transmissão e foi vencedora da construção de linha de transmissão na região.

A ideia é que sua construção seja antecipada em um ano e esteja pronta em 2021. "O sistema está à beira do esgotamento, em 2022 já poderemos ficar sem ter condições de atender a novas ligações de carga nessa região", aponta Castro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Suplemento - Pará****Autor: Roberto Rockmann | De Belém****Título: Questão indígena torna empreendimento mais complexo**

Para evitar passar perto de tribos indígenas no Sudeste do Pará, o governo estadual resolveu alterar o traçado original da Ferrovia Paraense, fazer um desvio e aumentar em 80 km a rota original, que ficou com 1.312 km de extensão. O acréscimo elevou em R\$ 800 milhões o investimento a ser feito e é um exemplo dos desafios que o setor de transportes e de energia terão para levar adiante novos projetos no Estado, em que 70% da área é coberta por florestas nativas. A modificação não impediu problemas: em 23 de agosto, em uma das audiências públicas sobre o projeto, no auditório da Federação das Indústrias do Pará, comunidades quilombolas e índios invadiram o evento para protestar contra a obra.

Esse recente episódio que mostra as dificuldades que os projetos de infraestrutura a serem construídos na região Norte enfrentam. "O problema é que os investidores e os governos veem a questão da seguinte forma: os índios é que estão no meio do caminho. E não como um projeto que atravessa o local onde as tribos indígenas vivem há séculos. Precisamos de um plano nacional para a Amazônia que tenha o foco na sustentabilidade e não deixe essas comunidades de lado", diz Danicley de Aguiar, especialista na região do Greenpeace.

Outro exemplo recente dos desafios foi a luta do governo federal para obter o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de São Manoel, no rio Teles Pires, na divisa entre Mato Grosso e Pará. Projeto a fio d'água e cuja área indígena estava a mais de 50 quilômetros distante do empreendimento, a União licitou o empreendimento apenas no fim de 2013, depois de uma longa batalha que durou mais de três anos.

Em 2010, o Ibama apontou uma série de deficiências no estudo de impacto ambiental da hidrelétrica, que teria capacidade para abastecer mais de duas milhões de residências. Em outubro de 2011, durante processo de audiência pública da discussão do empreendimento, quatro funcionários da Funai, dois da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e um antropólogo foram sequestrados pela tribo indígena Kururuzinho, que não queria a usina. Em junho passado, por algumas horas, índios da etnia Munduruku ocuparam o canteiro de obras da usina. Neste mês, a Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou a operação em testes de sua primeira turbina.

No governo da presidente Dilma Rousseff, o então presidente da EPE, Mauricio Tolmasquim, apresentou projeto a vários ministérios sugerindo que os índios pudessem receber royalties de empreendimentos que os afetassem diretamente. Em vez de irem para o orçamento da Funai, os recursos seriam gerenciados por um comitê tripartite, formado por comunidade, investidores e pela Funai. Mas a ideia nunca avançou. Outra experiência diferenciada mencionada é a do Canadá, em que algumas tribos passam a ter uma participação pequena em usinas.

Sob críticas de entidades ambientais, o presidente Michel Temer (PMDB) decidiu revogar, em setembro, o decreto que extinguiu a reserva na região amazônica conhecida como Renca (Reserva Nacional do Cobre Associados), criada em 1984. "Esses projetos terão de passar por análise ainda maior da sociedade, além da pressão do exterior", diz um assessor do governo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Pará

Autor: Livia Ferrari | Para o Valor, do Rio

Título: Financiamentos do BNDES somam R\$ 28,6 bilhões

O Pará é alvo de grandes investimentos em infraestrutura, que exigem complexa engenharia financeira para o financiamento de projetos de longo prazo. Somente em energia elétrica, a atual carteira de operações contratadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Estado soma R\$ 28,6 bilhões, envolvendo desde a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu - o maior projeto já aprovado pelo banco de fomento, no valor de R\$ 22,5 bilhões -, até usinas menores, linhas de transmissão de energia e planos de investimentos da Eletronorte (financiamento de R\$ 743,3 milhões) e das Centrais Elétricas do Pará (R\$ 863 milhões).

"Uma carteira bastante robusta", destaca a superintendente da área de energia do BNDES, Carla Primavera, observando que as operações vão crescer ainda mais: a instituição analisa projeto de financiamento para construção da segunda linha de transmissão de energia de Belo Monte, da chinesa State Grid.

Este ano, o banco já havia aprovado financiamento de R\$ 2,56 bilhões para implantação da primeira linha de transmissão da usina, que, com 2 mil quilômetros de extensão, trará energia para a Região Sudeste.

Carla Primavera explica que projetos vultuosos contam com compartilhamento de riscos com outros agentes financiadores.

"Nesses casos, todo nosso funding tem parcela indireta de financiamento. Na usina de Belo Monte, o co-financiamento é com a Caixa Econômica Federal e o BTG Pactual. Na primeira linha de transmissão, também a Caixa é repassadora de parte do financiamento do BNDES", diz ela. Modelo de co-financiamento será adotado também no apoio à segunda linha de transmissão.

O BNDES tem ainda operações de R\$ 955 milhões no programa Proinvest, para apoio a investimentos previstos no plano plurianual do governo paraense.

Também o Banco da Amazônia (Basa) , gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), contratou este ano R\$ 74,6 milhões a projeto de transmissão de energia da usina de Tucuruí (PA).

A meta é fechar 2017 com contratações pelo FNO de R\$ 1,4 bilhão em projetos no Pará, Estado que lidera a carteira do Fundo", prevê o superintendente do Basa responsável pelo Pará e Amapá, Luiz Lourenço de Souza Neto.

No setor logístico, o Pará é alternativa estratégica para o escoamento de produtos pelo denominado Arco Norte, com integração de modais. Lá, empresas estão expandindo estruturas de exportação, com estações de transbordo e terminais portuários.

São investimentos privados, com diferentes instrumentos de apoio financeiro e fiscal. Entre eles, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com juros de 7,5% ao ano.

"O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia aprovou este ano R\$ 77 milhões para ampliação do terminal de grãos de Ponta da Montanha, em Barcarena (PA), projeto com investimentos de cerca de R\$ 150 milhões", destaca o titular da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Paulo Roberto Correia. O terminal tem capacidade instalada para seis milhões de toneladas.

"O Pará conta também com incentivos fiscais em torno de R\$ 800 milhões por ano", afirma Correia, referindo-se a reduções ou isenções do imposto de renda pessoa jurídica para projetos privados na região.

Para investimentos públicos, a Sudam oferece apoio por meio de convênios, com recursos de emendas parlamentares, de bancada ou de comissão, que deverão somar R\$ 9,2 milhões este ano, com doze projetos (principalmente pavimentação de estradas) em municípios paraenses, prevê Adelson Modesto, chefe da assessoria de gestão da organização.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os portos do Norte responderam por 25% das exportações brasileiras de grãos em outubro.

Contribuíram para isso onze novos terminais de transbordo em Miritituba, no rio Tapajós.

O fluxo de mercadorias impulsiona o Fundo da Marinha Mercante (FMM), que em 2017 aprovou R\$ 191,8 milhões para projetos no Pará. São 112 embarcações com investimentos de R\$ 379,6 milhões, além da construção de um terminal de apoio à movimentação de grãos.

Maior importadora de soja e minério de ferro brasileiros e já com grandes ativos no Brasil, a China também desenvolve mecanismos de apoio a investimentos no país. O recém lançado Fundo de Cooperação Brasil-China poderá viabilizar financiamento de até US\$ 20 bilhões em projetos no Brasil, sobretudo em infraestrutura. Entre potenciais candidatos estão dois projetos ferroviários no Pará, ainda em estruturação: A Ferrogrão e a Ferrovia Paraense.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Pará

Autor: Lívia Ferrari | Do Rio

Título: Crédito favorece obras de logística

Há quatro anos, o Brasil exportava pelo denominado Arco Norte cerca de três milhões de toneladas de grãos, no máximo. Em 2016, o volume saltou para 20 milhões de toneladas. Os embarques para o exterior foram viabilizados por novos empreendimentos em logística na região, que entraram em operação recentemente, e já mostram grandes resultados.

Um dos destaques é o projeto Hidrovias do Brasil, do Grupo Pátria, implantado no Pará, que envolve complexo sistema logístico de transporte de grãos produzidos na região Centro-Oeste e escoados pela nova rota do Norte. Com investimentos em torno de R\$ 1,5 bilhão, o projeto inclui Estação de Transbordo de Cargas (ETC), em Miritituba, no município paraense de Itaituba, sistema de barcas pelo rio Tapajós, e o Terminal de Uso Privado (TUP), em Vila do Conde. O comboio hidroviário conta com cinco embarcações principais, sete conjuntos de vinte barcas, e empurradores auxiliares e para manobras portuárias.

A meta é movimentar 6,6 milhões de toneladas de grãos por ano até 2020, candidatando-se, assim, ao título de um dos maiores complexos logísticos da região Norte. "O sistema começou neste ano, já com um milhão de toneladas de carga transportada" afirma Fábio Schettino, vice-presidente de finanças da Hidrovias do Brasil.

"É a logística do momento. O Pará está na nova rota dos grãos", destaca o chefe do Departamento de Logística e Transporte (Delog) do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Cleverson Aroeira, um dos financiadores do projeto, junto com consórcio de bancos público e privado, recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e do Fundo Constitucional do Norte (FNO).

A conjugação de diferentes instituições e instrumentos de financiamento é alternativa adotada para apoiar grandes projetos de infraestrutura, mitigar riscos e compartilhar garantias. Do montante de investimentos do projeto Hidrovias Brasil, coube ao BNDES financiamentos de R\$ 520 milhões na linha Finem (investimentos) e repasses do FMM. Desse total, em fase de desembolsos, R\$ 430 milhões são destinados à construção do terminal portuário de Vila do Conde, já em operação; e R\$ 90 milhões à construção de embarcações. Um consórcio de bancos com Banco do Brasil e Itaú também está na estrutura financeira.

O Banco da Amazônia, gestor do FNO, participa da operação, com financiamentos de R\$ 189 milhões à construção da estação de transbordo de Miritituba. "Um financiamento muito expressivo, principalmente em relação ao patrimônio do banco, de R\$ 2,7 bilhões", observa o superintendente do Basa responsável pelo Pará e Amapá, Luiz Lourenço de Souza Neto. Ele ressalta o poder indutor do projeto. Tanto que o Basa tem em processo de análise cerca de R\$ 1,5 bilhão em novos investimentos na região.

O Banco do Brasil, também com o BNDES, está presente no segmento de navegação do projeto Hidrovias Brasil, repassando, juntos, recursos de R\$ 480 milhões do FMM. "São financiamentos à construção de 140 barcas e sete empurradores", observa Aroeira, do BNDES, fazendo cálculos comparativos sobre eficiência do modal hidroviário: "Enquanto apenas uma barcaça transporta 2 mil toneladas, seriam necessários 18 vagões ferroviários ou 32 caminhões bi-trem para levar a mesma quantidade".

Para ampliar ainda mais as vantagens comparativas, o Pará, com localização estratégica e vários corredores fluviais, tem também projetos para implantação de terminais de granel líquido nos portos de Belém e Vila do Conde, e terminais de GLP, no porto de Miramar.

O chefe do Delog, do BNDES, lembra que projetos de logística com sistemas hidroviários são prioritários no banco e contam com financiamentos de até 80% em TJLP, a taxa de longo prazo do banco, hoje 7% ao ano. Em janeiro próximo, no entanto, entrará em vigor a TLP, a nova taxa de juros, que balizará toda a política operacional do BNDES. Mas os contratos em vigência e os firmados até o final deste ano conservarão as condições atuais.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Suplemento - Pará****Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de Belém****Título: Novas usinas no Tapajós ainda têm obstáculos**

Detentor de uma das cinco maiores disponibilidades de geração hídrica do mundo, com cerca de 10% dos recursos existentes no planeta, o Brasil possui cerca de 70% desse potencial na região Norte, com destaque para o Estado do Pará, cuja território ainda é coberto em mais de 50% por área florestal preservada.

Dois dos maiores projetos no segmento estão na reta final: a Usina de São Manoel, na fronteira com Mato Grosso, licitada em 2013, está iniciando sua operação comercial neste segundo semestre, enquanto a Hidrelétrica de Belo Monte, na região de Altamira, deve concluir o acionamento das turbinas até o primeiro semestre de 2020. Já o principal rio de aproveitamento futuro, o Tapajós, na região de Santarém, tem no turismo uma das suas principais atividades econômicas, o que traz outro obstáculo para que o projeto das duas maiores hidrelétricas que poderão ser construídas no Brasil saia do papel.

Os dois maiores projetos hidrelétricos do Brasil, ambos no rio Tapajós, são a Usina de São Luiz, com 8 mil megawatts de potência e investimentos estimados em R\$ 26 bilhões, e a de Jatobá, com 2,3 mil MW de capacidade instalada e um aporte previsto de R\$ 10 bilhões.

No Plano Decenal de 2026, publicado recentemente, o governo aponta que a obra não deverá sair até o horizonte da publicação, mas não descarta que seja retomada e que os estudos de linhas de transmissão para escoar a energia do empreendimento devam ser aprofundados. A decisão sobre o empreendimento deverá ser tomada pelo próximo presidente da República. "O assunto deverá ficar para o próximo governo devido à sua grande sensibilidade", diz uma fonte do governo federal.

A questão indígena é o principal obstáculo. Em 2016, o Ibama pediu o arquivamento da licença ambiental da Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, motivado por razões legais - a usina alagaria o território indígena Munduruku e obrigaria a remoção de aldeias, o que é proibido pela Constituição. Na região do rio Tapajós, a população local elegeu o turismo e a gastronomia como as principais cadeias a serem desenvolvidas.

Alter do Chão tem atraído milhares de turistas principalmente no período de seca, quando as praias não ficam inundadas.

O impacto da usina sobre o turismo é incerto. "Essa é uma questão que não está respondida, as hidrelétricas na Amazônia trazem muitos impactos, enquanto não criam incentivos para a energia solar, que é a principal tendência no mundo e teria muito espaço com a geração distribuída", diz Danicley de Aguiar, especialista na região do Greenpeace.

O governo local reconhece o problema. "O turismo é a vocação natural da região e a usina tem impacto sobre isso", destaca o secretário de Desenvolvimento Econômico, Adnan Demarchi.

Na região de Altamira, a Usina de Belo Monte opera comercialmente desde abril de 2016 e já está com 12 turbinas em operação, com a décima terceira em testes liberados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) desde 30 de outubro.

Com a autorização da décima terceira turbina, Belo Monte se consolida como uma das três maiores geradoras de energia do Brasil, com 4,5 mil MW, ultrapassando a capacidade de outras grandes hidrelétricas, como Jirau (RO), cuja produção máxima chega a 3,7 mil MW.

Quando estiver funcionando na sua potência total, Belo Monte terá 11.233,1 MW em capacidade instalada, dos quais 11 mil MW serão produzidos na Casa de Força Principal e 233,1 MW, na Casa de Força Complementar, já concluída, em Pimental, onde o rio Xingu foi barrado. O complexo hidrelétrico opera comercialmente com 13 das 24 turbinas projetadas, sendo sete no Sítio Belo Monte e seis em Pimental, que opera com turbinas tipo Bulbo.

Também estão em andamento os projetos de escoamento da energia produzida no Xingu para o Sudeste, principal centro consumidor do país, com investimentos de cerca de R\$ 10 bilhões.

A linha de transmissão de Xingu e Estreito, com pouco mais de dois mil quilômetros e capacidade para transmitir 4 mil megawatts de energia, que interligará o Pará a Minas Gerais, poderá ficar pronta no fim ano. Também projeto da chinesa State Grid, está em construção uma segunda linha que interligará o Pará ao Estado do Rio de Janeiro, com 2,5 mil quilômetros de extensão, a interligação está prevista para entrar em operação em dezembro de 2019. É a maior linha em extensão de ultra tensão no mundo. Segundo acompanhamento da Agência Nacional de Energia Elétrica, o projeto está com o cronograma em dia.

MME / ASCOM .